



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO  
CAMPUS MARÍLIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

**A ATUAÇÃO DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE PAZ: A INCORPORAÇÃO  
DA RESOLUÇÃO 1325 NA LIBÉRIA (1989-2003).**

MARÍLIA - SP  
2022

THAMIRES CRISTINA VASQUES DURANTE

**A ATUAÇÃO DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE PAZ: A INCORPORAÇÃO  
DA RESOLUÇÃO 1325 NA LIBÉRIA (1989-2003).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Rosângela de Lima Vieira

MARÍLIA - SP  
2022

D951a

Durante, Thamires Cristina Vasques

A ATUAÇÃO DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE PAZ: A  
INCORPORAÇÃO DA RESOLUÇÃO 1325 NA LIBÉRIA

(1989-2003). / Thamires Cristina Vasques Durante. -- Marília, 2022

65 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações  
Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade  
de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Rosangela de Lima Vieira

1. Gênero. 2. Operações de Paz. 3. Resolução 1325. 4. Libéria. I.  
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de  
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

THAMIRES CRISTINA VASQUES DURANTE

A ATUAÇÃO DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE PAZ: A INCORPORAÇÃO  
DA RESOLUÇÃO 1325 NA LIBÉRIA (1989-2003).

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual  
Paulista – UNESP – Campus de Marília.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: \_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Rosangela de Lima Vieira, doutora - UNESP

2º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Mariana Moron Saes Braga, doutora - UNESP

3º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Beatriz Azevedo Coutinho, Mestra - USP

Marília, 18 de abril de 2022.

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, a minha irmã, porque lhes devo quem me tornei.

## AGRADECIMENTOS

Escrever esta página de agradecimentos é poder olhar para trás e revisitar todas as pessoas que de alguma forma participaram desta realização, me dando a força necessária para chegar até aqui. Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Cristina e Marcos, por sempre terem me incentivado e apoiado, vocês são o meu maior exemplo de bondade e amor. Serei eternamente grata por todo o incentivo, a atenção, o cuidado e a dedicação não só neste processo, mas durante toda a vida.

À minha irmã Thais pela compreensão, apoio e incentivo durante os momentos conturbados deste percurso, você foi à minha força. Agradeço pela convivência, pelo carinho, pela união e pelo aprendizado diário, estarei sempre ao seu lado.

Aos meus padrinhos, Patrícia e Murilo, por me ajudarem nesta caminhada e pelo apoio incondicional durante toda a minha vida, obrigada por estarem presentes. À minha avó Ilda, por vibrar comigo diante das minhas vitórias e acalantar nas derrotas, por acreditar em mim, pelo incentivo e por ser um exemplo de mulher aventureira e espírito jovem. À minha avó Odete, por me acolher, abrigar, por todas as orações e apoio. E toda a minha família que de alguma maneira me apoiou durante minha formação, vocês foram essenciais para a conclusão desta monografia.

Também deixo o meu mais sincero agradecimento ao meu querido amigo Arthur, por me incentivar todos os dias desde que ingressou em minha vida, pela leveza e amizade mais pura. A minha amiga Jéssica, por sempre estar ao meu lado, acreditando em mim, sendo a minha pessoa. As minhas colegas de curso, Paula e Gabriela, sou imensamente grata por terem sido a minha melhor companhia em Marília, obrigada pela paciência, atenção e dedicação de sempre, foi uma honra poder trilhar esse caminho com vocês.

A minha querida amiga e colega de trabalho Monique, que participou dos momentos mais difíceis de transição da minha vida. Ao meu amigo João Pedro pelo apoio, leveza e amizade, obrigada por tanto.

Por fim, gostaria de agradecer a minha orientadora Rosangela, não teria conseguido finalizar esta etapa e concretizar este sonho, palavras nunca serão suficientes para agradecê-la.

## RESUMO

Durante muitos anos as mulheres sofreram uma marginalização em nível nacional e internacional dentro do militarismo e das relações de poder entre gênero. A perpetuação dos modelos sociais derivados de estereótipos de gênero também se incorporou nos estudos da Segurança Internacional. Foi somente com o encerramento da Guerra Fria e com o surgimento de novas correntes teóricas que os estudos do gênero tomaram força, permitindo a análise dos processos de paz como ferramenta de superação das violências estruturais e construção da paz. A presente dissertação tem como objetivo analisar os progressos e desafios enfrentados pelas mulheres nos processos de resolução de conflitos, enquanto militares no *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*. Também foi explorada a lógica da Resolução 1325 da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança como instrumento de análise crítica sob o questionamento dos aspectos conceituais e discursivos, para compreender seu papel como instrumento político e seus efeitos na participação das mulheres como protagonistas na construção da paz e da segurança. Apresentando um estudo de caso da Libéria, país do continente africano estruturalmente construído por uma evolução epistemológica de negligência, instabilidades e múltiplas violências, onde a atuação feminina é destacada pela influência e participação nos processos de construção e reconstrução da paz, especialmente como *peacebuilders*.

**Palavras-chave:** Conflitos Internacionais. Mulher. Gênero. Processo de Paz.

## **ABSTRACT**

For many years women have been marginalized at the national and international levels within militarism and gender power relations. The perpetuation of social models derived from gender stereotypes was also incorporated in the studies of International Security. It was only with the end of the Cold War and the emergence of new theoretical currents that gender studies gained strength, allowing the analysis of peace processes as a tool for overcoming structural violence and building peace. This dissertation aims to analyze the progress and challenges faced by women in conflict resolution processes, as soldiers in peacekeeping, peacemaking and peacebuilding. The logic of UN Resolution 1325 on Women, Peace and Security was also explored as an instrument of critical analysis under the questioning of conceptual and discursive aspects, to understand its role as a political instrument and its effects on the participation of women as protagonists in the construction of peace and security. Presenting a case study of Liberia, a country on the African continent structurally built by an epistemological evolution of negligence, instabilities and multiple violence, where the female role is highlighted by the influence and participation in the processes of peacebuilding and reconstruction, especially as peacebuilders.

**Keywords:** International conflicts. Woman. Gender. Peace Process.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Porcentagem de mulheres inseridas nas Operações de <i>Peacekeeping</i> da ONU	35
Figura 2 – Inserção (%) de mulheres nos processos de <i>peacemaking</i> (1990- 2011)	37
Figura 3 – Ocupação de Mulheres em cargos eletivos durante o mandato do Presidente William Tolbert Jr na Libéria (1971-1980)	42

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS – American Colonization Society

AFEELL - Associação de Advogados do Sexo Feminino da Libéria

CPA – The Comprehensive Peace Agreement

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

DAW – Division for the Advancement of Women

DDR – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

DPKO – Department of Peacekeeping Operation

EUA – Estados Unidos da América

INSTRAW – Un International Research and Training Institute for the Advancement of Women

LURD – Liberians United for Reconciliation and Democracy

MARWOPNET – Mano River Women’s Peace Network

MODEL – Movement for Democracy in Liberia

OGA – Office of Gender Advisor

OI – Organização Internacional

OMP – Operação de Manutenção da Paz das Nações Unidas

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PNA – Planos Nacionais de Ação

PPN – Partido Patriótico Nacional

R.I. – Relações Internacionais

S.I. – Sistema Internacional

UNIFEM – Fundo para o Desenvolvimento das Mulheres das Nações Unidas

UNMIL – Missão das Nações Unidas na Libéria

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WIPNET – Women in Peacebuilding Network WPS – Women Peace and Security

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. GÊNERO NOS ESTUDOS TEÓRICOS SOBRE VIOLÊNCIA, PAZ E SEGURANÇA</b> .....	16
1.1 A inserção de mulheres nos Estudos de Segurança Internacional.....	19
1.2 Resolução 1325 e a marginalização da mulher no âmbito da segurança internacional.....	22
<b>2. MÉTODOS ESTRATÉGICOS PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA PAZ</b> .....	27
2.1 A violência estrutural e de gênero nos locais de conflitos.....	28
2.2 A participação ativa e representação das mulheres nas práticas de resolução de conflitos.....	31
2.2.1 <i>Peacekeeping</i> : mulheres no enfrentamento.....	32
2.2.2 <i>Peacemaking</i> : mulheres nas negociações e mediações.....	35
2.2.3 <i>Peacebuilding</i> : mulheres como agentes locais.....	37
<b>3. PEACEKEEPERS E A LIBÉRIA, UM ESTUDO DE CASO</b> .....	40
3.1 Contexto histórico e as Guerras Civis liberiana.....	41
3.2 As mulheres no confronto durante as Guerras Civis.....	43
3.3 A participação das mulheres <i>peacemakers</i> e <i>peacekeepers</i> nos conflitos e pós-conflitos na Libéria.....	47
3.4 Os resultados principais da participação ativa das mulheres no contexto político-social liberiano.....	50
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	52
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51

## INTRODUÇÃO

Historicamente, os estudos das Relações Internacionais estruturalmente têm sido contestados e alterados com o objetivo de alcançar às exigências da sociedade multifacetária e complexa. Com o encerramento da Guerra Fria, novas correntes teóricas manifestaram-se dentro dos estudos das Relações Internacionais, neste contexto os teóricos pós-positivistas<sup>1</sup> iniciam abordagens que vão para além do Estado, considerando diferentes aspectos como a identidade e interesse de novos agentes e atores da política mundial. Uma das mudanças mais notórias ocorridas neste período foi a ampliação do conceito de segurança, que atravessa de uma visão positivista e tradicional para um debate mais plural e conceitual (COSTA, 2009), passando a considerar as desigualdades de poder nas relações de gênero analisadas a partir da histórica concepção de divisão material e simbólica do trabalho por meio do gênero (CUNHA; FUENTES, 2006).

Dominado durante décadas por princípios estadocêntricos, os estudos de segurança, passam a tratar de outros aspectos além do ambiente militar, adquirindo no campo das Relações Internacionais um novo modelo de conhecimento científico, que considera a subjetividade e amplitude da segurança, diferenciando-se das abordagens por separações clássicas positivistas que remetiam a segurança centralizada na manutenção da soberania e integridade dos Estados (BUZAN apud COSTA, 2009, p. 206). Em seu novo entendimento compreende-se que os Estados pertencem ao sistema internacional sem centralidade de autoridade e mediações em casos de ações de um Estado sobre o outro, uma constante disputa de poder (WALTZ, 2004, p. 45), cenário indispensável para a construção de interpretações mais eficazes dos processos de paz.

A prevaiente questão em 1970 é a alteração que ocorre nos conceitos de paz, violência e ameaças, viés que afasta a segurança do Estado dos aspectos essencialmente militares. As ameaças para a segurança de um Estado soberano deixam de ser compreendidas apenas na esfera internacional e passa a ser uma demanda também interna (BUZAN; HANSEN, 2012, p.33). A perspectiva sobre as relações entre os Estados também sofre uma mudança, agora são compreendidos

---

<sup>1</sup> Classificação dada por Yosef Lapid em LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, vol. 33, nº 3, p. 236-254, 1989.

como figuras interdependentes e não mais como competidores dentro do sistema internacional (KEOHANE; NYE, 1977, p. 168), resultando na reconfiguração internacional e interna de outros Estados.

Os processos da construção e manutenção da paz são instrumentos multifatoriais e complexos, associados à segurança internacional, incluindo elementos militares e de negociações, designados pela Organização das Nações Unidas (ONU), segundo a Carta das Nações Unidas assinada em 26 de junho de 1945, a ONU tem como objetivo: “Manter a paz e a segurança internacional, e para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz” (ONU, 1945, p. 05). Dentro destas ações encontram-se políticas e estratégias com atores locais e internacionais, objetivando desenraizar violências e construir a paz, aplicados de maneira macro pelos Estados (PACHECO, 2018).

Apesar de a violência sexual de gênero ser historicamente perpetuada em guerras e conflitos armados, somente no século XX houve denúncias continuamente expostas por pensadoras e movimentos feministas (BROWNMILLER, 1975; ENLOE, 1989), mas foi somente no final dos anos 1990 que a pauta gênero começou a ser pesquisada com maior ênfase nas Relações Internacionais, introduzindo novas normas e implementações de políticas internacionais à serem discutidas e debatidas, posteriormente pela Agenda Mulheres, Paz e Segurança e outras resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Os estudos feministas só viraram tópico da agenda de segurança no início dos anos 1980, segundo Costa (2009), isto foi possível devido às novas concepções sobre segurança internacional, o surgimento de novas ameaças e ocorrências de conflitos menos constantes. É requerido o reconhecimento de que gênero não deve interferir dentro dos ambientes militares, uma vez que se nota uma limitada participação feminina e, para diversos estudiosos este fator é uma das maiores barreiras para os processos de construção e manutenção da paz. A participação feminina na Segurança Internacional ganha destaque após a Guerra Fria, em 1990 manifestações de teorias pós-positivistas, com concepções de teorias feministas, pois seu objeto era “estruturar os trabalhos sobre a problemática da segurança a partir da crítica ao estado centrismo e à dimensão militar das concepções

tradicionais” (*ibid.*, p. 222), o estudo inova o âmbito acadêmico e amplia a agenda de segurança, com um novo cenário de emergências complexas como Direitos Humanos e Gênero.

Segundo Scott (1986), historicamente os conflitos locais e internacionais são tradicionalmente associados ao sexo masculino, naturalizando comportamentos hostis, competitivos e agressivos, paralelamente estes mesmos homens tornam-se símbolo de ação e proteção efetiva, ao contrário das mulheres que são identificadas majoritariamente apenas como vítimas da guerra, raramente vistas como agentes de voz ativa e relevância nos combates. Este fenômeno ocorre, pois, por muito tempo as mulheres foram marginalizadas em assuntos da esfera política, dos processos diplomáticos e dos conflitos, além de predominantemente protagonizarem a violação dos Direitos Humanos, sofrendo abusos sexuais, psicológicos e físicos (SCOTT, 1986).

Esta trajetória de invisibilidade histórica e social direciona as mulheres para uma posição de vulnerabilidade e fraqueza, enquanto os homens tornam-se o símbolo de força e proteção. A desigualdade de gênero é perpetuada pela desvalorização da mulher no que diz respeito às negociações, tomadas de decisão, ocupações militares, lideranças locais e agência nas operações (WOOLLACOTT, 2006; BROCK-UTNE, 2009, apud PACHECO, 2018). Deste modo, a importância do presente trabalho justifica-se pelo esforço teórico em refletir o potencial analítico que a teoria feminista apresenta para os estudos de gênero e segurança internacional, como também a importância de analisar os resultados gerados a partir das políticas de gênero criadas durante os avanços teóricos.

Esta monografia tem como principal objetivo partir de uma abordagem crítica, compreender os desafios de gênero na Segurança Internacional, especificamente nos processos de construção e manutenção da paz. Diante de processos cada vez mais complexos de pacificação, compreendendo a realidade e os interesses nacionais locais de forma a respeitar as construções culturais do espaço. Serão abordados, conforme os capítulos a seguir, a evolução e as dificuldades da inserção feminina no *peacekeeping*, *peacemaking* e no *peacebuilding*, através de uma análise voltada para a representação, participação e a agência feminina nas resoluções de conflitos, visando alcançar a ampliação do conhecimento a respeito da participação das mulheres nos processos de paz, sua histórica marginalização no âmbito da

segurança e os avanços e desafios que se seguiram com o passar do tempo. Levantando a importância da participação das mulheres nos âmbitos do *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*, considerando sua atuação versátil nos processos de paz, para isso será utilizado como estudo de caso a participação das mulheres durante os conflitos ocorridos na Libéria.

Pretende-se também alcançar os seguintes objetivos: auxiliar na ampliação do conhecimento sobre a participação das mulheres nos processos de paz, sua histórica marginalização no âmbito da segurança, as resultantes deste processo e os avanços; contribuir para os estudos sobre a importância da participação das mulheres no *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding*, dado que a igualdade de gênero é um elemento essencial para o processo de construção de uma paz mais duradora e estável, contemplando as necessidades e potencialidades de todos, sem distinção; e por fim, analisar as questões de paz sobre a ótica da abordagem feminista, explorando a mulher como um ator versátil e imprescindível dentro dos debates sobre processos de paz.

É proposta neste trabalho a seguinte hipótese: a criação e aprovação da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, resultou em uma maior participação feminina nos processos de resolução de conflitos e na representatividade de gênero dentro dos âmbitos militares. Uma vez que, em sua ampla maioria a literatura invisibiliza as mulheres presentes nos processos de paz e segurança, somente mencionadas como vítimas de guerra e da militarização social, desta forma, mostra-se importante introduzir o tema gênero para uma desconstrução de estudos convencionais sobre paz e segurança que negligenciam as mulheres e suas experiências e perpetuam os estereótipos.

Como ilustrado por teóricas feministas, o essencialismo de gênero segrega homens e mulheres entre o público e privado, baseado em diferenças biológicas e funcionais entre eles. Nesta mesma lógica cria-se um imaginário social da feminilização do trabalho reprodutivo e atividades ligas ao cuidado, a reprodução deste estereótipo fundamentou a ideia de que mulheres não eram fisicamente capazes de realizar atividades ligadas ao “mundo masculino”.

A metodologia utilizada na presente pesquisa trata-se de uma abordagem qualitativa, utilizando a ligação entre o objetivo e o subjetivo, interpretando os fenômenos e a atribuição de significados. Buscando também identificar e analisar os



fatores e evidências que determinam ou contribuem para a continuidade da problemática, ou seja, que contribuem com a desigualdade de gênero estrutural e nas relações de poder, que minimizam a mulher a uma condição de invisibilidade em âmbito local e internacional. Através da captura de dados bibliográficos já produzidos, como: livros, citações, entrevistas, declarações e documentos oficiais.

## **1. GÊNERO NOS ESTUDOS TEÓRICOS SOBRE VIOLÊNCIA, PAZ E SEGURANÇA**

A gradativa incorporação dos estudos de gênero nas Relações Internacionais só foi possível a partir de 1980 quando diferentes moldes de pensamentos ganharam espaço no campo acadêmico e na produção e interpretação de dados. A teorização dos conceitos de gênero permitiu a formação de um novo conhecimento sobre as mulheres dentro dos estudos de segurança, abrindo novas perspectivas históricas para análise. Segundo as abordagens realistas e neorrealistas, a segurança estaria ligada diretamente à balança de poder entre os Estados, desta forma, a proteção seria sinônima da defesa das fronteiras e do território nacional (TICKNER, 1997).

A mudança dos protagonistas no cenário internacional acontece a partir do início dos Estudos de Segurança Internacional, contrariando a perspectiva realista inicial, que priorizava o Estado como objeto de proteção da segurança internacional, observando a guerra e o estabelecimento da paz no sistema anárquico internacional com distinções hierárquicas binárias; às novas perspectivas, as teorias liberais, críticas e construtivistas expandem este modelo e compreendem que os indivíduos são os elementos mais importantes do sistema (BLANCHARD, 2003 apud SÁ, 2016). O estudo analisa fundamentalmente suas identidades para o entendimento das possibilidades de comportamento estatal nos debates de segurança.

No início dos anos 1990, durante o cenário de encerramento da Guerra Fria, uma alteração mais efetiva ocorreu dentro dos Estudos de Segurança Internacional (ESI), que passaram a investigar novas maneiras de proteger os sujeitos e lhes garantir uma existência plena com seus direitos básicos sendo cumprido e livre de opressões. A nova visão de Segurança Internacional, passou a atribuir um maior protagonismo aos indivíduos e um diferente papel ao Estado, que deve atender às exigências e demandas externas e internas, protegendo-os contra ameaças à soberania e a dignidade humana, atuando efetivamente nos dois âmbitos.

Abusando da multidimensionalidade, a perspectiva feminista redireciona segurança como um processo e não um ideal, uma vez que há uma preocupação com as relações de poder e discrepâncias estruturais como ponto principal para proteger o indivíduo e superar as estruturas de relação de poder e não o Estado, como propagava às teorias tradicionais (TICKNER, 1997). Portanto, a teoria

feminista busca compreender, diante das aplicações de gênero, como a segurança dos sujeitos está diretamente implicada com a violência física e estrutural nos níveis de análise sociais (TICKNER, 2001, p. 48). Dentro das análises positivistas, o gênero não é um fator considerado na segurança internacional, comprovando o argumento de autoras feministas que indicam que os estudos clássicos foram elaborados através de uma “linguagem masculinizada” e patriarcal, que ocultam o papel das mulheres na sociedade (TICKNER, 2001, p. 49).

Bell e Rourke (2010), caracterizam o patriarcado como um sistema político social onde os homens são dominantes e soberanos, mantendo o domínio por meio da violência e do terrorismo psicológico. A partir disso, nota-se evidências claras do patriarcado nos estudos tradicionais da paz e da violência, indicação de um vínculo direto entre às desigualdades de gênero e a violência, estruturas que a hierarquia de poder invisibiliza a figura feminina no âmbito local e internacional.

A mudança na perspectiva dos Estudos de Segurança Internacional só foi possível após o esfriamento das ameaças nucleares, no final dos anos 1970. Com isso, os processos internacionais distanciaram-se pouco a pouco das ameaças militares e iniciaram um avanço para inibir o escalonamento dos conflitos armados dentro do sistema internacional. A redefinição dos conceitos de paz e segurança internacional mostrou-se mais que necessárias neste momento e passa a abarcar também os problemas estruturais, como: as repressões étnicas e políticas e as desigualdades socioeconômicas e de gênero.

Segundo Sjoberg (2013), a teoria feminista traz um olhar inovador ao passo que, enquanto a teoria realista se pauta no estudo baseado no Estado como único protagonista e o liberalismo na caracterização do universalismo e da racionalidade, o feminismo utiliza das relações sociais e de gênero como o foco central da análise crítica, associando à segurança como ferramenta direta para a diminuição das violências (PACHECO, 2018). A contribuição desta nova linha teórica direciona para a premência de investigar “de que maneira ela tem contribuído para as relações internacionais, no intento de torná-la uma área mais humanizada, inclusiva e, por consequência, mais global.” (POSSAS E REIS, 2009, p. 230)

Foi com o surgimento de novos temas de pesquisa e debate que o conteúdo gênero ingressou nas discussões correntes no âmbito internacional. Os novos estudos notaram duas problemáticas enfáticas: a primeira, a ausência das próprias

mulheres como agentes desse campo, e a segunda, a falta de estudos ligados ao gênero, assim como a existência de estruturas e relações de poder que minimizam a mulher para uma condição de invisibilidade no cenário local e internacional.

Ao proclamar o começo de uma "era pós-positivista" nas RI, Yosef Lapid em 1989, pela primeira vez, o termo "terceiro debate", caracterizando a emergência de uma série de perspectivas (teoria crítica, sociologia histórica, pós-modernismo, feminismo) que desafiariam as metodologias convencionais no campo das RI. (POSSAS E REIS, 2009, p. 234)

Encontrar a figura da mulher nas abordagens feministas nos estudos das Relações Internacionais e Segurança Internacional exige entender o contexto de sua análise, por serem espaços predominantemente masculinos. A questão principal da análise feminista nos estudos é que a política e proteção internacional não ocorrem somente nos campos de batalha ou em acordos entre chefes do Estado, a alta política (PAIVA, 2014).

A proposta feminista dá destaque ao bem-estar dos indivíduos, questiona e supera estruturas de relações de poder e gênero que desvalorizam as experiências femininas (TICKNER, 1997). Os Estudos para a Paz debatem com a narrativa feminista, sobretudo com as abordagens trazidas por Galtung (1964) a respeito dos Triângulos das Violências e das Pazes (direta, estrutural e cultural), que investiga o desequilíbrio de forças e poderes presentes nos processos de paz entre homens e mulheres. Ambos os estudos observam os conceitos e práticas da violência como uma preocupação fundamental, que vai além do Estado, caracterizando-se como um campo próprio de análise (TICKNER, 1992). Segundo o autor Galtung (2005), há dois tipos principais de paz: a positiva e a negativa. A paz positiva ocorre quando há um cenário em que prevalece a harmonia, a justiça e a igualdade para todos os indivíduos, ou seja, não há violência estrutural. Já a paz negativa é a ausência de violência no sistema internacional ou em outros tipos de conflito, ela costuma ser definida com a assinatura de um acordo de paz. Porém, as estruturas sociais não promovem igualdade, justiça e harmonia, logo há violência estrutural, podendo ser física ou psicológica e tem por objetivo reforçar estruturas que mantêm o status quo e impedem o desenvolvimento de um grupo.

Como dito acima, Galtung (1969) propõe conceitos como de violência direta, estrutural e cultural. O primeiro refere-se às violências manifestadas pela força física e pela morte. A violência estrutural é aquilo que inibe o desenvolvimento humano, gerando desigualdades de poder, injustiças, pobreza e exploração. Uma forma de

violência “indireta”, que gera opressão e desigualdade entre sociedades, ou propriamente dentro, reproduzindo a violência em diferentes âmbitos.

Por último, tem-se a definição de violência cultural, que considera a política de identidade, construída e expressada a partir de normas e comportamentos construídos através de símbolos culturais como ideologia, religião, ciência, arte e linguagem (GALTUNG, 1990 apud PACHECO, 2018). Tal violência pode ocorrer como influência na construção de identidades, comportamentos e normas sociais, essas construções são normalmente estabelecidas em relações binárias como bom e mau, superior e inferior, causando comportamentos fundamentalistas, externalizados em forma de racismo, sexismo, colonialismo, machismo, entre outros (GALTUNG, 1990; OLIVEIRA, 2017).

No início da década de 1970, Galtung incorpora os termos *peacekeeping*, agentes que tem como foco manter a ausência da violência direta, através de um contingente multinacional de armamento e/ou observação; *peacemaking*, com o viés de atuação focado em negociação e esforços diplomáticos; e por fim o *peacebuilding*, caracterizando-se por encontrar as raízes da violência e construir políticas de transformações estruturais (OLIVEIRA, 2017).

Ao observar e analisar os estudos para a paz é possível encontrar três pontos em comum entre o estudo e o feminismo: a) o olhar para a identidade e às primordialidades humanas contrariando as políticas de poder; b) a admissão da importância do entendimento de assuntos relacionados a diversidade cultural, social, religiosa e das múltiplas formas existentes de realidades; por fim c) a existência de uma agenda explícita e normativa com o seu objetivo focado na superação da violência (CONFORTINI, 2006 apud PACHECO, 2018).

### **1.1 A inserção de mulheres nos Estudos de Segurança Internacional**

Segundo os autores Parpart e Zalewski (2008, p. 152), o mito do soldado guerreiro heroico é uma pilastra essencial para compor a masculinidade hegemônica e a identidade nacional, confiança adquirida através da estrutura narrativa das histórias de guerra e conceituações culturais. O mito evidencia os casos cada vez mais recorrentes de estupro em cenários de guerra, sobretudo em conflitos étnicos raciais. A opinião pública banaliza a violência sofrida por estas mulheres, uma vez

que considera os estupros em situação de conflito, como consequências inevitáveis e decorrentes do processo da guerra. De maneira que, mesmo o estupro sendo ilegal sob todos os códigos militares e sua aplicação frequentemente resultando em pena de morte, tem-se a aceitação desta “inevitabilidade” quando o ato se é cometido por um soldado o julgamento de caráter social é tão fatalista quanto tolerante (SKJELBAEK; SMITH, 2001).

Tal visão historicamente construída e enraizada reforçou os estereótipos de gênero a respeito dos papéis direcionados aos homens e as mulheres em situações de conflito. Estes rótulos foram endossados tanto pelas instituições políticas e organizações quanto pela comunidade acadêmica, perpetuando esta ideia no imaginário social e desvalorizando a atuação das mulheres nas variadas esferas de ação, limitando-as apenas como vítimas e reforçando o status de força militar masculina. Em contrapartida, Tickner (2001, p. 50) esclarece como, na verdade, tais violações conseguem ser utilizadas conscientemente, na forma de uma estratégia militar sistemática, resultando um enfraquecimento da identidade de comunidade e cultura.

A mulher é tão somente o que os homens não são, isto é, não são autônomas, independentes, mas pela razão, não agressivas embora nutridoras, não competitivas, mas dadas, não públicas, mas privadas. O mundo das mulheres é constituído por uma série de negações. Ela é simplesmente o que acontece não ser. Sua identidade vem a ser definida como uma carência – a carência de autonomia, a falta de independência, a falta do pênis (BENHABIB, 1995, p. 96).

A participação feminina nos processos de conflito, historicamente passa a ganhar destaque em meados de 1990, após a manifestação de teorias pós-positivistas no campo acadêmico em conjunto com a ampliação da agenda de segurança, resultante do cenário complexo presentes nos novos temas de debate, como: direitos humanos, meio ambiente, identidade e humanitarismo (PACHECO, 2018). Os novos estudos definem a segurança como um processo e não uma idealização, a preocupação tem foco nas desigualdades estruturais e as relações de poder, inserindo o indivíduo e a comunidade como protagonistas, o Estado não é mais colocado como um ator unitário dos estudos das relações internacionais e segurança, como as teorias tradicionais se referiam (TICKNER, 1997). O Sistema Internacional hostil e “anárquico”, estudos das teorias convencionais, reforça o engajamento do Estado nas atividades do equilíbrio de poder para atender suas necessidades, interesses e como consequência proteger sua soberania (CARR,

1981).

Segundo a autora Sasson-Levy (2011) o afastamento de mulheres do ambiente militar pode ser entendido como a militarização da masculinidade, fenômeno que se cria uma passividade feminina, minando a mulher de todas as classes de poder e status político-militar. Desta forma, a estereotipificação de gênero é o que designa a mulher ao feminino e a paz. Ainda de acordo com a autora, a militarização é a instituição com a maior proximidade do essencialismo e também das perspectivas hierárquicas de gênero, com problemáticas em sua organização como estrutura de proteção. Nota-se que há muitos obstáculos para o ingresso e permanência da mulher na carreira militar, com privações de funções relacionadas ao front, a hostilidade dos campos militares e a baixa representatividades nos cargos de poder (CARREIRAS, 2010), que resultam na manutenção do ideal de subordinação.

A população masculina está predominantemente envolvida nos conflitos, em muitos casos podendo ser dizimados, enquanto as mulheres tornam-se agentes na guerra durante o período belicoso. Mais adiante, às mulheres são responsáveis pela sustentação de suas famílias e também responsáveis por preencher as vagas de trabalho que anteriormente eram ocupadas por homens. Mesmo após a quebra desta barreira, o ingresso dessas mulheres quando ocorre o fim dos conflitos armados e a reconstrução estatal, sua autonomia é perdida, elas retornam rotineiramente aos cuidados da casa e atribuições anteriores ao início das hostilidades (PETTMAN, 1996, p. 93).

Dentro dos campos militares também há uma ligação direta com a prostituição nas zonas de conflito, de acordo com Enloe (1989 apud TICKNER, 2001, p. 50) os campos militares também apresentam uma ligação direta, por possuírem estruturas sociais que sequestram e vendem mulheres para a prostituição. Dita-se contraditório ser protegida pela militarização, ao mesmo tempo em que são vítimas de violências.

Autoras feministas evidenciam à clara divisão sexual do trabalho socialmente construído, onde os papéis de gênero determinam que os homens possuam atitudes agressivas e de liderança agindo como provedor econômico da família, enquanto em contraposição as mulheres são delegadas a tarefas que o uso da sensibilidade é exigido, onde a partir de sua “função reprodutiva” foi instaurado um discurso misoginista que renegou as mulheres do âmbito público, as limitando ao curso

doméstico e à reprodução de seu papel como mãe.

De acordo com Bourdieu (2000 apud CUNHA; FONTES, 2006), o mecanismo que legitima a ordem masculina é reconhecida no momento em que renuncia qualquer tipo de justificação,

A visão androcêntrica se impõe como neutra e não sente a necessidade de se enunciar em discursos capazes de legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina na qual de apoia: na divisão sexual do trabalho, há distribuição muito estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu espaço, seu momento, seus instrumentos. (BOURDIEU, 200, p. 22).

É possível observar que parte da problemática se deve à “discriminação institucionalizada”, apresentada por Bourdieu, desta forma as desigualdades de gênero são pertencentes às instituições estatais e do mercado e evidenciam-se através da matriz binária de identidade estabelecida (CUNHA; FONTES, 20016). A introdução de novos agentes ativos e atores emergentes é importante durante os processos de paz para gerar uma diversidade de temáticas de variáveis interligadas, com o intuito de proporcionar um maior entendimento dos fenômenos que marcaram o cenário internacional nos últimos tempos. Nesta lógica o agente ativo ganha protagonismo nas interações de conflito e de cooperação, aumentando sua autonomia e poder de negociação das próprias relações de gênero.

Desta forma, a atual ausência de mulheres nos processos de paz despreza metade do conhecimento da humanidade, anulando às possíveis capacidades de benefícios nos processos de reconstrução, manutenção e construção da paz (THE KVINNA TILL KVINNA FOUNDATION, 2012 apud PACHECO, 2018). Eliminá-las deste processo é invisibilizar as necessidades, direitos e experiências próprias das mulheres, auxiliando na propagação da violência direta e indireta, estorvando os avanços nos processos de paz. Uma vez que as estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas devem ser compreendidas como sistemas recíprocos onde os processos de transformações fortalecem-se mutuamente.

## **1.2 Resolução 1325 e a marginalização da mulher no âmbito da segurança internacional**

As operações de paz historicamente têm sido um instrumento político coordenado por organizações internacionais e os Estados para solucionar conflitos.



Entre o diverso espectro de intervenções internacionais para a expressão das operações de paz, estão as operações de manutenção da paz (OMP) monitoradas de maneira legítima pela ONU.

A Carta da ONU não expressa uma provisão específica para a manutenção da paz, ela surge como uma solução política adotada no fervor de crises internacionais contextualizadas no pós-guerra, com uma regulamentação e institucionalização ascendentes.

Desde sua criação em 1945, a Organização das Nações Unidas possui o comprometimento em reforçar a importância dos direitos fundamentais dos indivíduos, almejando a igualdade, dignidade e valor a todos. Como explicita em seu 8º artigo: “as Nações Unidas não farão restrições quanto à elegibilidade de homens e mulheres destinados a participar em qualquer caráter em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários” (ONU, 1945). A fim de barrar a invisibilização e garantir a integração da perspectiva de gênero e segurança, reiterando sua responsabilidade por oportunidades iguais perante a ideia de justiça é pensado a criação de uma legislação que regula as diferentes esferas sociais, assegurando igualdade de oportunidades e a proteção legal de mulheres e homens, caminhos são tomados na resolução e construção da paz.

Apesar das diferentes maneiras de inserção das mulheres nos processos de resolução da paz, foi somente no pós-Guerra Fria e com a elaboração de um documento oficial de Resolução que as abordagens feministas receberam maior visibilidade, atingindo um novo patamar, graças aos esforços de grupos feministas e pesquisadoras (IZZO, 2009, p. 191). Desde a primeira conferência sobre mulheres, denominada “Declaração sobre Igualdade das Mulheres e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz” em 1975, a Organização das Nações Unidas relaciona mulheres e paz, formulando documentações para estabelecer políticas de gênero relacionadas a essa questão. Mas, foi somente em 31 de outubro de 2000 que a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança foi aprovada, por unanimidade, pelo Conselho de Segurança da ONU, como um instrumento político e legal, propondo um olhar mais focado nas questões de gênero, envolvendo à segurança e paz, com o objetivo de assegurar:

[...] direitos das mulheres e meninas durante o conflito armado, combater a impunidade em crimes de gênero, promover a igualdade de gênero em operações de manutenção de paz, e aumentar a participação das mulheres nas atividades de pacificação, antes, durante e depois do conflito armado

(FRITZ, 2010, p. 341).

A Resolução 1325 identificou um conjunto de ações a serem executadas pelos Estado-membros da ONU, de maneira a suprir a real necessidade e papéis exercidos pelas mulheres na prevenção, resolução e na construção da paz, principalmente no que tange à participação ativa (ONU, 2000). É evidenciada a carência de autoridades femininas, principalmente como tomadoras de decisão das operações (*peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*). Sua primeira recomendação (artigo 1) retrata a representação das mulheres e reitera sua importância na esfera da Resolução de forma que estabelece a necessidade da garantia dos Estados para “uma representação cada vez maior de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão nas instituições nacionais, regionais e internacionais, bem como nos mecanismos destinados à prevenção, gestão e resolução de conflitos” (ONU, 2000, p. 3), enquanto os artigos 2, 3 e 4 destacam o “papel e a contribuição das mulheres” nas referidas decisões nos processos de paz e resolução de conflitos e também nas Nações Unidas. Logo, relacionando o artigo 5 e 6 traz a importância da “interseccionalidade de gênero” para o entendimento nas resolutivas (ONU, 2000, p. 3).

Portanto, a RCSNU 1325 é o diagnóstico dos conflitos armados, principalmente sobre as meninas e mulheres, que progressivamente são foco de combatentes e soldados armados (MILLER et al., 2014 apud PACHECO, 2018). Tal apreensão se deve ao agravamento da violência sexual de gênero ocorrida nos conflitos que levou a criação de medidas institucionais apropriadas para a promoção e manutenção da paz. Mas para o cumprimento deste objetivo é necessário a maior participação de mulheres em operações de paz, para que haja eficácia operacional (BLACK, 2009) e também o aumento da formação e da compreensão da necessidade de interação com as mulheres e os homens civis (FRITZ; GUMRU, 2009).

Para diversas autoras feministas a Resolução 1325 é precursora no reconhecimento da importância e impacto das mulheres durante os conflitos armados e principalmente como agentes das suas próprias agendas, enfrentamentos e preocupações (REHN E SIRLEAF, 2002; COHN, 2004). Uma vez que é reconhecido o risco dos reflexos que os conflitos armados trazem para a população civil, principalmente para as mulheres e crianças, que acabam sendo alvo

principal das violências ocorridas (MILLER et al., 2014).

Para Carver (1996), o conceito de “gênero” na RCSNU 1325 tem a aplicação incorreta, pois o gênero deve ser posto para homens e mulheres, não utilizado como um sinônimo para se referir apenas às mulheres (CARVER, 1996 apud SHEPHERD, 2008). Pode-se identificar que a Resolução possui como foco principal as mulheres e crianças (CSNU, 2000; Preâmbulo). O reconhecimento das mulheres enquanto alvo da necessidade de uma equidade de participação e a omissão sobre homens no documento revela a necessidade de dar visibilidade a tais aspectos e entender a influência da desigualdade estrutural entre os sexos, como forma de a construção social de gênero, onde a violência estrutural é pilar das guerras e violências (COCKBURN, 2010), mas a omissão em relação a vulnerabilidade masculina, em razão de serem citados majoritariamente como os autores de violência (SHEPHERD, 2017).

A Resolução não apresentou apenas para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a discussão e a percepção em relação às questões de igualdade relacionadas às mulheres, paz e segurança, sendo a primeira vez que oficialmente a CSNU reconheceu a participação da sociedade civil como um todo nos processos e operações de paz formais, apesar de priorizar às mulheres (HILL et al., 2003). Nota-se a importância da inclusão de documentos que mencionam a igualdade nos direitos políticos, sociais e legais, pois geram uma maior legitimação e monitoramento das normas. Resoluções como a 1325, 1889 e 2122 foram necessárias para efetivar a importância do papel das mulheres como líderes e atores nos processos de paz (O'REILLY et al., 2015), os desafios das missões de hoje demandam uma abordagem ampla da comunidade internacional, abarcando a ação coordenada entre militares e civis. Antes da Resolução 1325, apenas 73 (11%) dos 664 acordos de paz incluíram alguma referência à gênero, após o deferimento da Resolução, de 504 acordos de paz, 138 (27%) deles fizeram menção (BELL, 2015). É possível observar um crescimento em relação à discussão de mulheres na Instituição Militar e o esforço para a superação das restrições das funções de comando e combate (EGNELL, 2016).

Para o melhor cumprimento das recomendações expressas na RCSNU 1325, estabelecem-se os Planos Nacionais de Ação (PNA), que tem como propósito identificar as prioridades, destinar os recursos financeiros, determinar as estratégias

e responsabilidades em um prazo definido (COOMARASWAMY, 2015). Os PNA deveriam englobar alguns aspectos daquilo que a 1325 prenuncia, entre eles: mencionar pontos básicos da Resolução 1325; mencionar meninas e mulheres; detalhar o período de preparação e de promulgação, identificando os agentes de execução e delimitando a quantia utilizada; informar os prazos e processos de avaliação; ser longo e específico; definir os níveis das atividades, podendo ser local, nacional ou internacional, e por fim, apontar quais demandas podem ser realizadas pelas ONGs e a sociedade, como auxílio no processo do desenvolvimento e execução (FRITZ & GUMRU, 2009).

Segundo dados apresentados pela "*Women's International League for Peace and Freedom*", as adesões aos Planos Nacionais ganharam destaque a partir de 2010, o estudo aponta que até março de 2018, 74 países adotaram um Plano Nacional de Ação, em 2017 países como El Salvador, Palestina, Angola e Brasil fizeram a adesão do plano. A mesma pesquisa informa que apesar do aumento, apenas 22% dos países destinam um orçamento para a implementação do plano; 30% incluem recomendações ou ações diretas para desarmamento e contenção de armas ilícitas e apenas 51% dos planos elucidam os métodos de monitoramento e avaliação dos Planos Nacionais de Ação.

## 2. MÉTODOS ESTRATÉGICOS PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA PAZ

Desde a fundação das Nações Unidas até o fim da Guerra Fria, as operações de manutenção da paz possuíam caráter essencialmente militar. As missões de paz baseavam-se no envio de tropas - levemente- armadas e observadores militares, com o objetivo de supervisionar e analisar a situação dos acordos de cessar-fogo, fortalecendo a confiança entre as partes e manter a ordem, criando buffer zones<sup>2</sup> (ONU, 2008a, p. 21).

As *peacekeeping operations* nasceram em um ambiente sugestionado por rivalidades e confrontos entre os blocos dominantes. Com as frequentes provocações entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA), o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) ficou paralisado durante este período. Embora não mencionada na Carta da ONU, as *peacekeeping operations* formaram-se a partir de 1948, no momento em que as Nações Unidas desdobram no Oriente Médio sua primeira operação de manutenção da paz de um conflito interestatal.

Durante a década de 1990, conforme os conflitos da Guerra Fria encerravam-se e novas guerras eram iniciadas, houve a urgência de formular a agenda de construção da paz, projetada mais por necessidade do que como uma proposta intencional. O aumento da interdependência dos Estados e o avanço tecnológico dos armamentos levaram à preocupação de aprofundar o assunto segurança internacional. Com o início das emergências complexas e confrontos intraestatais, solidificou-se um aumento significativo na reivindicação das Nações Unidas e dos demais protagonistas internacionais que careceriam de assumir o papel concentrado de auxílio aos países (geralmente marginalizados) que eram afetados por tais confrontos.

Inicialmente, este auxílio não tinha forma, percepção das ferramentas ou instrumentos políticos para a superação dos confrontos. Porém, diversos atores internacionais, entre eles as Nações Unidas e outras organizações internacionais envolveram-se em uma série de atividades e projetos ligados ao desenvolvimento dos direitos humanos que avançavam o sistema de assistência internacional em vigor desde o final da Segunda Guerra Mundial. Dentro deste contexto, é onde a

---

<sup>2</sup> United Nations (2008a, p. 21). As Buffer zones são ambientes de delimitação no território que separam as partes em conflito.

construção da paz surge, provando ser um conceito adequado na medida em que ultrapassou os limites e ortodoxias da Guerra Fria.

De acordo com Barash e Webel (2009), autores do livro *Peace and Conflict Studies*, a guerra entre os atores internacionais representa um problema não-desejável para os Estados, considerando a crescente interdependência entre os atores. A paz é altamente desejada, assim como os mecanismos e estratégias para atingi-la, mas os dados de sua natureza são complexos resultados da interdependência conceitual entre a paz e a guerra (BARASH e WEBEL, 2009).

Segundo Jenkins (2013), a construção da agenda foi contrária às perspectivas iniciais da construção da paz, apresentando uma pauta de progressão das intervenções discretas que reconstituem a paz no pós-conflito, com perspectivas além da centralidade dos Estados, houve um crescente número de agentes internacionais procurando enfrentar os conflitos intraestatais por meio das novas abordagens multissetoriais, abrangendo as operações de paz de caráter multidimensional. A nova agenda de construção da paz proporcionava um instrumento de ação multilateral transformadora, no contexto em que as políticas e as ferramentas oferecidas na Guerra Fria já se mostravam ultrapassadas e insuficientes para solucionar as guerras civis e os conflitos intraestatais.

Desta forma, foi após a passagem da década posterior à Guerra fria que a construção da paz previu uma nova era na assistência multilateral e na cooperação internacional. Conforme os agentes internacionais passaram a protagonizar trabalhos em direitos humanos, resolução de conflitos, manutenção da paz e resolução de assuntos humanitários, notou-se uma grande propagação de programas e políticas na interseção do desenvolvimento da segurança, derivou-se a construção da paz, no formato que conhecemos.

Por conta de sua forte retórica internacionalista, a construção da paz era fundamentalmente um projeto ocidental, implementado através de agrupamentos internacionais já existentes.

## **2.1 A violência estrutural e de gênero nos locais de conflitos**

Partindo do pressuposto que os discursos sobre o tema gênero, especificamente no espaço militar não apresentam uma realidade objetiva, mas

valores culturais (SEGAL, 1995), desta forma, é necessário analisar os conjuntos sociais e culturais na literatura acadêmica, para estabelecer de que forma tais percepções sobre a mulher e sua participação militar são construídas.

A violência estrutural e cultural são princípios centrais de Estados conturbados e com conflitos civis. Segundo Galtung (1985, p. 145), a violência estrutural é a contestação ao acesso que satisfaz as necessidades humanas no escopo social, sejam elas biológicas, psicológicas, físicas, culturais, entre outras. É uma falha não intencional causada aos indivíduos, é o que perpetua as desigualdades como, por exemplo, a miséria e a fome, que os atinge de maneira a tirar sua vida. Galtung (1995), discorre também sobre a violência cultural, conceito posteriormente inserido no modelo de estrutura binária primitivamente estabelecida, o autor afirma que:

[A violência cultural] é definida aqui como um aspecto de uma cultura que pode ser usada para legitimar a violência em suas formas direta ou estrutural. A violência simbólica construída em uma cultura não mata ou mutila como a violência direta ou a violência estrutural. No entanto, é utilizada para legitimar qualquer uma ou ambas, como por exemplo na teoria de uma Herrenwolk ou uma raça superior. Registramos que o termo Herrenwolk é alemão e se trata da teoria concebida na ideologia nazista sobre a superioridade da raça ariana.<sup>3</sup> (GALTUNG, 1990, p. 291, tradução nossa).

Portanto, é possível notar que são comportamentos que residem intrínsecos à sociedade, da maneira como ela lida e interage com a violência. Os indivíduos dentro de uma comunidade influenciam diretamente por meio de suas práticas e crenças, o aumento e manutenção da opressão social, consequentemente aumentando a violência estrutural. De acordo com Barash e Webel (2009), os cidadãos estão acostumados a simplesmente seguirem as regras estabelecidas pela sociedade, muitas vezes acaba não se dando conta que estão reproduzindo e perpetuando uma forma de violência. Na obra "*Três formas de violência, três formas de paz: a paz, a guerra e a formação social indo europeia*", Galtung (2005), esclarece que o indivíduo se entende enquanto membro de uma comunidade e reproduz o modelo já estabelecido para sentir-se pertencente, muitas vezes banalizando a violência estrutural, em forma de: repressões políticas, pobreza extrema, fome e desigualdade de gênero.

---

<sup>3</sup> [cultural violence] is defined here as any aspect of a culture that can be used to legitimize violence in its direct or structural form. Symbolic violence built into a culture does not kill or maim like direct violence or the violence built into the structure. However, it is used to legitimize either or both, as for instance in the theory of a Herrenwolk or a superior race. (GALTUNG, 1990, p. 291).

Segundo Blanchard (2003), a violência estrutural resignada pelas mulheres no nível doméstico, rotineiramente é justificada pela própria cultura e identidade incorporada pela sociedade que comete a violência. O imaginário de que uma mulher deve se privar da vida pública para dedicar-se ao marido e aos filhos, exclusivamente, demonstra o quão comum é a ideia de segregação na sociedade.

As autoras Tronto e Fisher (1990), trazem nova discussão sobre a ética do cuidado, ambas abordam a relação do cuidado de maneira mais reflexiva, relacionando o cuidado como público e político. Desta forma, o conceito de cuidado caracteriza-se como: “tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar o nosso mundo, para que possamos viver nele o melhor possível” (TRONTO & FISHER, 1990, p. 40). Este mundo constitui-se por corpos, meio ambiente e a complexa rede social.

Segundo Tronto (1997), os papéis de gênero expressos na sociedade colocam a relação de cuidado como uma atividade norteadas de gênero, os homens assumem o papel de “cuidado com” e as mulheres “cuidem de”, isso ocorre, pois:

[...] os homens se preocupam com dinheiro, carreira, ideias e progresso; mostram que se preocupam com o trabalho que realizam, os valores que têm e o sustento de suas famílias. As mulheres cuidam de suas famílias, vizinhos e amigos; e o fazem ao realizar o trabalho direto de cuidar. O percurso prossegue assim: os homens se preocupam com coisas mais importantes enquanto as mulheres se preocupam com aquelas de menor importância (TRONTO, 1997, p. 186).

É possível observar que dentro das relações de cuidado, predominantemente há uma interdependência assimétrica, onde ocorre a feminilização desta atribuição, em uma clara divisão sexual das atividades emocionais construídas no imaginário social.

Galtung (2005), utiliza em sua análise o conceito de violência cultural como uma variante da violência estrutural, pois como já abordado anteriormente, dentro das sociedades a cultura também age como um fator opressor e marginaliza os indivíduos considerados socialmente inferiores. Embora que violência cultural não seja direta na maioria das situações, ela gera um molde social que legitima o tradicionalismo e estabelece uma classe considerada superior a outras, empobrecendo os grupos antes já marginalizados e invisibilizados, gerada a partir de conceitos religiosos, artísticos e científicos (GALTUNG, 2005 apud PACHECO, 2018).

As relações de gênero são naturalmente performadas e reproduzidas pelas



desigualdades, incluindo as culturas contemporâneas que permanecem oferecendo privilégios aos homens e desvantagens às mulheres.

Em relação ao território liberiano abordado como estudo de caso neste trabalho, é possível analisar que os aspectos de violência cultural acontecem a partir da dominação política étnica perpetuada e mantida durante séculos sob o território da Libéria, consequência da aliança internacional com os Estados Unidos (VISENTINI, 2012). O acesso exclusivo dessa “elite” social para os cargos de decisão pública resultou na inferiorização e marginalização de outros grupos étnicos (VISENTINI, 2012).

## **2.2 A participação ativa e representação das mulheres nas práticas de resolução de conflitos**

O planejamento de uma operação de paz da ONU busca conciliar da melhor forma possível um conjunto de interesses políticos, sociais e econômicos, de diferentes protagonistas, sob a autorização do Conselho de Segurança para a construção e manutenção de um local estável e seguro, pronto para a condução de uma operação política com o objetivo da construção da paz duradoura em momento de conflito.

A crescente desigualdade entre classes torna-se cada vez um assunto pautado na agenda política internacional. Torna-se ainda mais profundo quando a pauta é a ausência de igualdade política entre homens e mulheres. Durante séculos, o ambiente militar foi considerado uma organização exclusiva de participação masculina, com características atribuídas à força e resiliência. Com os avanços sociais, tecnológicos e operacionais as missões de paz tornam-se cada vez mais imprevisíveis e outras competências são requisitadas, como compreensão social, empatia e resistência psicológica (BOYCE; HERD, 2003).

A trajetória para o ingresso ativo das mulheres nos conflitos só fica evidente durante o século XX, quando se nota uma alteração na posição de trabalho das mulheres em assuntos tradicionais de segurança (BIROLI; MIGUEL, 2014 apud SÁ, 2016). Diversos acontecimentos mostram os sinais destas transformações, como: a imagem feminina associada simbolicamente pela imagem americana de “*Rosie the Riveter*”, uma mulher envolvida na produção do material bélico; o gradativo aumento da mobilização política pela paz; a conquista pelo direito do

sufrágio feminino e a incorporação, ainda que baixa, das mulheres nos exércitos nacionais ao decorrer do século.

Todos os processos de resolução de conflitos devem considerar a conjuntura local e estrutural social, que são parte do surgimento do conflito, atrelando estratégias de intervenção, levando em consideração tais questões e principalmente às relações de gênero. As três pazes (*peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*), não devem ser relacionadas como intervenções de caráter sequencial, pois não são excludentes, podendo agir de forma correlacionada ou isoladamente, apoiando-se de forma articulada, atrás do objetivo em comum, a paz (FREIRE; LOPES, 2008).

As sociedades militarizadas são mais hierárquicas e patriarcais em comparação com as não-militarizadas, e até as sociedades com estruturas democráticas podem tornar-se cada vez mais militarizadas. Essas sociedades, então, tendem a ser mais opressivas para as mulheres, tanto na esfera pública como na privada. Consciência e linguagem tornam-se militarizadas. A resposta imediata para a maioria das dissensões é a coerção, incluindo a militar. Tudo isso aponta para uma necessidade urgente de trazer as mulheres para a esfera pública nessas sociedades. (CHENOY & VANAIK, 2001, p.131)

Para uma melhor compreensão sobre a participação ativa feminina nos processos de paz, haverá subseções apresentando os desafios e realizações das mulheres como *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*, assim como as ações afirmativas para a incorporação de gênero nestas etapas, como sublinha o Preâmbulo da Resolução 1325, ao “Reafirmar o papel importante das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz” (ONU, 2000, p. 02), assim como o comprometimento dos Estados-membro da ONU e do Conselho de Segurança, por assegurem “a efetiva tomada de medidas institucionais para garantir a sua proteção, e que um total participação no processo de paz [uma vez que] podem contribuir significativamente para a manutenção e promoção da paz e da segurança” (ONU, 2000, p. 02).

### 2.2.1 *Peacekeeping*: mulheres no enfrentamento.

Os estereótipos de gênero moldaram historicamente às vivências no ambiente militar, os papéis de atuação, completamente binários, definiam as atividades exercidas pelos oficiais, os homens enfrentavam os campos de batalha, enquanto às mulheres exerciam as funções de apoio, com tarefas “domésticas”, como cozinheiras e enfermeiras (REBELO, 2013 apud PACHECO, 2018).

Com o tempo, mudanças políticas ocorreram a favor do recrutamento feminino nos processos de pacificação, mas ainda existem problemáticas ainda hoje enfrentadas por mulheres nos processos de *peacekeeping*. O *peacekeeping* tem como objetivo “manter a paz entre as partes em conflito através da interposição de uma terceira parte entre elas” (OLIVEIRA, 2017, p. 158). É uma ferramenta de intervenção que visa a manutenção da paz, em contestação à violência armada organizada nos momentos de paz formal.

A manifestação dos *peacekeepers* acontece através das forças civis e de segurança, além de contar com o auxílio dos soldados, que agem através de um mandato multidimensional de manutenção da paz, no contexto de estruturas representativas que partilham o proporcional de poder entre sistema judicial, proteção aos direitos humanos e capacitação de segurança das forças internas, que permitem que o Estado mantenha o uso legítimo da força (FREIRE; LOPES, 2008). Ainda há normas e práticas que limitam a presença do corpo feminino em determinados postos hierárquicos dentro das unidades de combate, perante a alegação da incapacidade física (REBELO, 2012). Apesar dos esforços para a inserção do feminino dentro do campo militar, nota-se ainda que às condições culturais preservam as estruturas ultrapassadas, onde os conflitos e combates foram e permanecem sendo ligados à masculinidade, através do raciocínio de que homens são apontados como agressivos, corajosos e salvadores, enquanto as mulheres mantêm-se a posição de inferioridade, como vítima, limitadas durante o processo de agenciamento da paz e marginalizadas pelo mesmo (TICKNER, 1997). Mesmo ainda hoje as mulheres majoritariamente ainda são ligadas aos serviços de apoio, minando sua potencialidade de força no âmbito militar (REBELO, 2013).

A primeira Operação de *Peacekeeping* das Nações Unidas ocorreu no decorrer da Guerra Fria e foi formada predominantemente apenas por homens (REBELO, 2013). Os primeiros registros com a participação feminina nas missões de paz, segundo Beilstein (1995), só acontecem no final da década de 1950, no período a operação contava com 6.250 militares, apenas cinco eram mulheres, o que corresponde a 0,1% do corpo militar. Estas cinco mulheres atuavam como enfermeiras ou médicas em unidades de saúde.

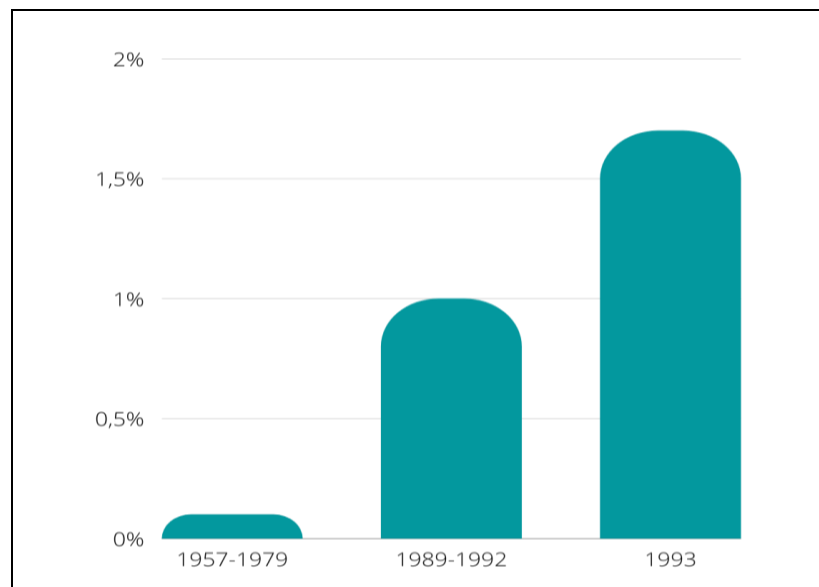
A Organização das Nações Unidas iniciou na década de 1990 um esforço mais ativo sobre as questões de gênero nas Operações de *Peacekeeping*,

levantando pautas e requisições (WHITWORTH, 2004). Um exemplo do esforço efetivo foi a exigência de um maior número de mulheres nos componentes militares por ordem da Divisão Militar do Departamento de Operações de *Peacekeeping*, que passou a incluir o tema gênero nas reuniões, ocorridas periodicamente com os Países Contribuintes de Tropas (REBELO, 2013).

A Resolução nº 47/226, recomendada em 1993, manifesta o interesse na implementação de medidas que garantam nenhum tipo de discriminação ou restrição dentro dos processos de recrutamento, nomeação e promoção de homens e mulheres, na ONU. A Resolução também propõe aos Estados-membros que corroborem com as Nações Unidas, as organizações relacionadas e as agências especiais, para o aumento da participação ativa feminina nos maiores níveis de tomadas de decisões (REBELO, 2013).

É possível observar a partir do gráfico, que entre o período de 1989 e 1992, o número de mulheres presentes nas Operações de *Peacekeeping* aumentou para 1%, somado o total de 255 mulheres militares, já em 1993 constata-se um aumento de 0,7% em relação ao período de 1989 e 1992, um aumento considerável no número de mulheres, se comparado às décadas anteriores, porém ainda insatisfatório. Através do gráfico é possível visualizar de maneira quantitativa os esforços da ONU em incluir questões de gênero nos processos de *peacekeeping*, mas este aumento não assegura a transformação dos papéis de gênero pré-estabelecidos. Willet (2010 apud REBELO, 2013, p. 40) afirma que à lógica de desigualdade disseminada por propagandas pela ONU raramente pode acarretar na diminuição das desigualdades institucionais e no desarranjo das hierarquias de gênero que constroem as relações de poder. (Cf. Figura 1)

Figura 1 - Mulheres que compõem as Operações de *Peacekeeping* da ONU, entre 1957-1979, 1989-1992 e 1993 (%).



Fonte: Beilstein; Women (2000)

Independente dos esforços concentrados para a maior participação de mulheres no *peacekeeping*, ainda existem lacunas que sustentam as relações de desigualdade de gênero, resultante da masculinização da militarização, gerando um ciclo de violências que restringem os acessos das mulheres à agência no espaço militar. Uma clara representação deste ciclo é que foi somente em 2014 que teve a primeira comandante a liderar as forças de *peacekeeping*, General Kristin Lund no Chipre (BELL, 2015).

### 2.2.2 *Peacemaking*: mulheres nas negociações e mediações

Quando se fala sobre o *peacemaking*, fala-se da configuração de uma etapa de excepcional importância para a inserção de mulheres dentro das resoluções de conflitos, integrando os processos de negociação, acordos e mediação, um espaço que poderia incluir as pautas de gênero em acordos de paz e documentos oficiais (O'REILLY et al., 2015). O *peacemaking* é definido pelo restabelecimento da paz, diante de mediações, esforços diplomáticos, mediações, acordos e negociações que possam abrandar o conflito, enquanto criam vias de comunicação e indicadores de confiança entre os Estados. (OLIVEIRA, 2017). Desta forma, os esforços do *peacemaking* podem ser realizados tanto diretamente entre as partes envolvidas ou com a ajuda de um terceiro elemento, que pode ter como consequência questões

problemáticas, como o comprometimento e empenho das lideranças e das partes, sujeito a modificações e possíveis retrocessos por estratégias durante ou após as negociações (OLIVEIRA, 2017). De acordo com o autor ainda, quando se tem a colocação da terceira parte sobreposta à opinião das duas partes principais, pode haver pressão ou interesses contrários que atrapalhem o processo, de maneira a dificultar a efetividade do acordo.

É importante pontuar que existem dois tipos de processo dentro do *peacemaking*, os processos formais e informais. Os processos formais são caracterizados pela ocorrência de um mandato claro ao lado do governo, sendo expresso quem realiza a negociação e quem media o diálogo (MASON, 2009). Geralmente os processos de paz formal são iniciados e completados pelo processo da paz informal, que não formaliza por escrito, sendo realizada a base da confiança com mandados implícitos (MASON, 2009).

Historicamente é possível analisar que os papéis de gênero tradicionais sempre estiveram presentes na lógica hierárquica do *peacemaking*, no momento em que os homens dominaram as mesas de negociação, ao lado de que as mulheres permaneceram na parte organizacional destes processos. Frequentemente ocorriam a determinação das prioridades da construção da paz “sob portas fechadas”, lideradas pelos homens da elite nacional e internacional que ignoravam as necessidades locais dos indivíduos plurais.

Após sua inclusão nas agendas de debate, notou-se que a representatividade e participação das mulheres nos processos de negociação e decisórios, mas ainda não o suficiente. De acordo com o estudo, “*Women’s Participation in Peace Negotiations: Connection between Presence and Influence*”, realizado pela UN Women em 2010, que de 31 processos de paz ocorridos entre 1992 a 2011 às mulheres somam: apenas 2,4% dos mediadores principais, 9% dos negociadores e 3,7% das testemunhas e signatários. Um índice baixo que mostra como os resultados e avanços de tema ainda é insatisfatório. (cf. Figura 2)

Figura 2 - Inserção (%) de mulheres nos processos de *peacemaking* (1990-2011).



Fonte: Bigio (2016)

Segundo estudos revelados pelo “Geneva *Graduate Institute Broadening Participation Project*”, grupos femininos influenciam diretamente nos acordos de paz em termos de alcance, implementação e durabilidade (O'REILLY et al., 2015). Se for exemplificar por em titularidades, foi somente em 1992 que a ONU indicou a primeira chefe de Operações de *Peacekeeping*, Margaret Anstee de Angola, em 2013 a primeira mediadora, Mary Robinson. Uma baixa representatividade que indica que raramente as mulheres têm chances de participar ativamente dos processos da construção da paz, uma vez que existe um jogo de poder dominante que questiona a credibilidade destas mulheres e suas qualificações (O'REILLY et al, 2015).

### 2.2.3 *Peacebuilding*: mulheres como agentes locais

Se o *peacekeeping* e *peacemaking*, forem insuficientes para eliminar a violência indireta dos conflitos, é necessário à execução do *peacebuilding*, que procura identificar de maneira mais profunda às razões da violência, busca as bases do conflito e promove uma paz positiva (OLIVEIRA, 2017 apud PACHECO, 2018). O *peacebuilding* caracteriza-se por uma intervenção que acontece ao final de um conflito civil, tentando impedir novos combates e consolidar a paz, o processo *peacebuilding* deve ser mutável e particularizado, apto para adaptar-se às realidades, concebendo soluções compreensivas e duradouras para o conflito. Os conflitos civis desencadeiam danos catastróficos, no âmbito financeiro e entre as instituições formais, o que torna a reconstrução pós-conflito desafiante,

principalmente para os Estados mais marginalizados (GIZELIS, 2011). Em diversos casos, é através do auxílio temporário de instituições informais locais e redes de apoio comunitário que a reestruturação gradativa do Estado é feita, o processo de *peacebuilding* torna-se principal instrumento de preservação da cultura e histórias locais.

Uma missão de *peacebuilding* engloba elementos do *peacekeeping*, pensando na mobilização de militares, civis e agências internacionais e também utilizam recursos institucionais para reintegrar ex-combatentes, realizar a reconciliação social e reestruturar a economia.

Quando o assunto é a participação feminina civis/locais, como *peacebuilders* o papel de gênero é um importante diferenciador no processo de conciliação e prevenção de causalidades, de acordo com Wellman e Frank (2001), elas podem contribuir significativamente para o processo de *peacebuilding* por meio de redes horizontais, direcionadas para o alívio de emergências e preocupação com a violência estrutural, como já mencionada acima.

A organização em grupo dessas mulheres reforça sua atuação nas necessidades básicas humanas, a segurança, habitação e alimentação, ao mesmo tempo em que as OI 's, as ONG's e a ONU não costumam centralizar suas ações para todos (MAZURANA; MCKAY, 2001). O motivo principal pela estruturação de grupos locais de mulheres é o receio pela sobrevivência de sua família e as violências indiretas e diretas que recebem na circunstância de conflito e pós-conflito (MAZURANA; MCKAY, 2001).

Desta forma, a construção da paz na perspectiva das mulheres locais é descrita por Mazurana e McKay (2001), como política e inovadora, em forma de passeatas, protestos, acampamentos de paz, protestos e performances artísticas. Segundo uma pesquisa realizada em 2012, pela Organização Internacional "ActionAid's International Emergencies and Crises", as mulheres têm uma maior propensão a aderir uma designação mais plural e local da paz, além de se focar na obtenção dos direitos individuais, enquanto os homens tendem a associar a paz somente à falta de estabilidade nas estruturas de governança. A mesma pesquisa analisa que os próprios processos históricos sofrem alterações predominantes por aspectos culturais, incluindo as formações hierárquicas patriarcais e sexistas, que marginalizam as mulheres dentro dos conflitos criando seis barreiras restritivas no



processo de *peacebuilding*: pobreza e desigualdade econômica; precarização da educação, violência contra mulheres e meninas; falta de apoio emocional e financeiro e a autodesvalorização.

De acordo com Drumond e Rebelo (2018), mesmo consideradas conciliadoras ativas em nível base, elas [mulheres locais] ainda são uma minoria nos cargos de altas tomadas de decisão. É possível notar como a maioria das barreiras encontradas por essas protagonistas locais advém da violência estrutural e a defesa pela importância de incluir vozes locais contribuiria diretamente para o processo de retirada do feminino do âmbito doméstico em situações de pós-conflito.

### 3. *PEACEKEEPERS* E A LIBÉRIA, UM ESTUDO DE CASO.

Para melhor exemplificar a influência da participação feminina nos processos de paz, durante este capítulo será retratado como estudo de caso, a Libéria, país africano com uma conjuntura regada de instabilidades e violências estruturais, desde sua fundação.

A Libéria é um país localizado na área ocidental do continente africano e possui mais de 5 milhões de habitantes. O Estado foi fundado ao longo do século XIX e para muitos pesquisadores trata-se de um arranjo étnico resultante de outras civilizações, longe de ter uma identidade bem definida. O território foi construído por escravos americanos libertos, apesar da presença de povos indígenas no território, foi formada uma elite dominante e governante com os descendentes dos escravos. Durante toda sua formação, o território passou por governos ditatoriais e crescentes tensões entre os divergentes grupos sociais e religiosos, a partir da década de 1980 diversos conflitos internos e confrontos de classe eclodiram (VISENTINI, 2012). As questões religiosas, políticas e militares criadas a partir de um modelo colonial, não suportavam mais a convivências de distintos grupos sociais.

O objetivo desta análise é entender sob que circunstâncias a Resolução 1325 foi implementada na Libéria e os potenciais reflexos de sua efetivação com a atuação ativa de mulheres durante os processos de paz e no contexto pós-conflito. Após a aprovação da Resolução 1325 em 31 de outubro de 2000, o deferimento do acordo de paz em 2003 e a construção de um Plano Nacional de Ação para a implementação da RCSNU 1325 em 2009 (MAZURANA; MCKAY, 2001), busca-se investigar quais ações foram incorporadas nas questões de gênero, na agência das mulheres na reconstrução de paz da Libéria e por fim quais os reflexos que tais atuações trazem como resultado.

O conflito civil liberiano ocorreu entre 1989 a 2003, deixando como rastro centenas de milhares de vítimas fatais, destruição parcial das instituições do Estado, estruturas econômicas e a precarização da vida dos habitantes (VINCK et al., 2011). A implementação da paz no Estado foi e ainda é desafiadora, pois o local apresentava extrema violência e evidentes segregações antes mesmo dos conflitos armados começarem. Mas apesar de todos os seus entraves e dificuldades, a Libéria toma destaque quando se fala sobre exemplos importantes da participação das mulheres nos processos de resolução de conflitos e na construção da paz, cita-

se também a existência de outros casos notórios, como a atuação forte das mulheres como *peacebuilders* em institutos ou organizações locais e *peacebuilders* atuando em instituições locais na Irlanda do Norte e também nas Filipinas (COOMARASWAMY, 2015 apud PACHECO, 2018).

### 3.1 Contexto histórico e as Guerras Civis liberiana

O Estado da Libéria destaca-se por sua singular história: é a república mais antiga do continente africano, o nascimento de seu território iniciou-se em 1821 quando passou a pertencer à organização privada estadunidense, *American Colonization Society* (ACS), que tinha por objetivo alocar escravos estadunidenses libertos na costa da África, em 1822 (KIEH, 2009). Entretanto, o território já era habitado por variados grupos étnicos, resultando em relações hostis e aumento da desigualdade, posteriormente por efeitos estruturais levaria às duas guerras vivenciadas no território (IROANYA, 2008). A estrutura social liberiana foi dividida entre os povos advindos dos Estados Unidos da América (EUA), que traziam consigo comportamentos enraizados ocidentalizados e os povos nativos que possuíam uma estrutura religiosa, política e cultural própria. Esta construção fomentou a desigualdade social escancarada liberiana durante décadas, uma vez que os novos colonizadores passaram a ignorar e segregar a estrutura dos demais grupos<sup>4</sup> (AKPAN, 2010, p 284).

Como decorrência de uma estrutura precária, não demorou até se ter um cenário de tensões e instabilidades na Libéria. A autoridade política que a ACS tinha sobre o país, auxiliava no apaziguamento administrativo, tinha como competência: organizar a produção, o comércio e as relações sociais, com um forte reflexo colonial, os liberianos passaram a ser reconhecidos como "aborígenes não civilizados" (ESTEVES; SOUZA, 2011). Apesar dos esforços para construir sua própria estrutura estatal, o Estado liberiano só conquistou sua independência da ACS em 1847, mas suas políticas criadas seguindo modelos estadunidenses seguiram por décadas. Até o início do século XX, somente conheciam-se dois partidos políticos liberianos, o *True Whigs* e o Partido Republicano. O *True Whigs*

---

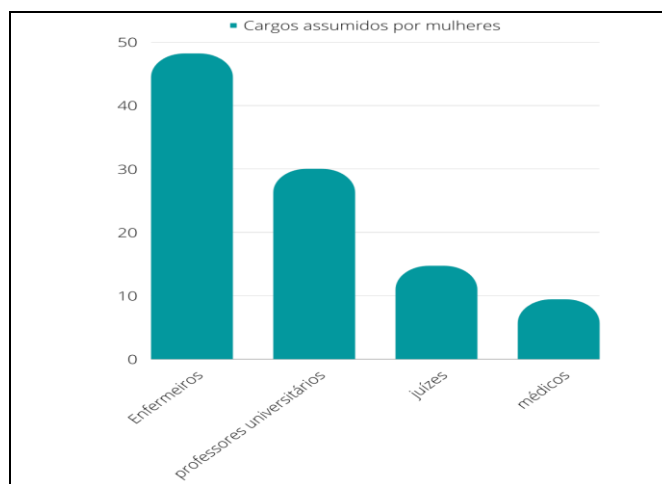
<sup>4</sup> Segundo o censo de 2008, os Américo-liberianos representam apenas 2% da população e os grupos étnicos a maior parte: Kpelle (23,3%); Bassa (13,4%); Grebo (10,0%); Gio (8,0%) e Mano (7,9%). Em sua maioria apresentam-se os cristãos que representam 86% dos liberianos e 12% são muçulmanos (Liberia, 2008 - *Population and Housing Census: Final Results*).

era liderado por congolese e povos autóctones politicamente engajados e instruídos intelectualmente, já o Partido Republicano era majoritário e formado pelos américo-liberianos (AKPAN, p. 285).

Quando se fala sobre as mulheres américo-liberianas, o autor Fuest (2008), afirma que elas possuíam uma herança cultural própria, tinham o direito de comprar e vender terras, firmar contratos, iniciar divórcios e abrir processos judiciais. Embora não possuíssem igualdade legalmente, as diretrizes américo-liberianas eram vistas como progressivas, mulheres poderiam ocupar cargos no ministério e também tomar decisões governamentais (FUEST, 2008).

As mulheres também foram expressivas durante o mandato do Presidente William Tolbert Jr. (1971-1980), onde elas ocuparam 48,2% dos enfermeiros, 30% dos professores universitários, 14,7% dos juizes, 9,4% dos médicos e também oito postos ministeriais (FUEST, 2008 apud PACHECO, 2018). Durante o seu mandato também houve o mandato da primeira mulher presidente, Antoinette Brown Sherman, com o posto na universidade nacional da África, assumindo sob um alto índice de matrículas de meninas e uma notória quantidade de professoras (*ibid*).

Figura 3 - Ocupação de Mulheres em cargos eletivos durante o mandato do Presidente William Tolbert Jr na Libéria (1971-1980).



Fonte: Fuest (2008)

Apesar de apresentar um expressivo número de participação e envolvimento ativo feminino em relação a outros países, ainda sim havia na Libéria um cenário discriminatório entre mulheres américo-liberianas que possuíam acesso aos direitos, educação e ações políticas na capital do país, e as mulheres nativos-liberianas,

vivendo com escassez de recursos e carecendo de direitos, efeitos diretos da segregação modelada pelos colonizadores (THEOBALD, 2014). Esse foi o contexto foi palco para as divisões que diretamente afetam a vida das mulheres e foi uma contribuição para sua formação de grupos em prol da paz e mesmo com diferentes fatores sociais, étnicos e sociais não seria um motivo para uma desunião.

Em 1985, o presidente Tolbert sofre um afastamento e é executado, torna-se o novo presidente o sargento Samuel Doe, líder do Conselho de Redenção Popular (*People 's Redemption Council - PRC*) e o responsável pelo afastamento do ex-governante. Diversos motivos podem ser as razões pela retirada de Tolbert, porém, apesar da Libéria ter ocupado uma boa colocação no S.I. comparada com os outros países do continente africano, sua estrutura interna era marcada por fragilidades institucionais, crises econômicas e desigualdades (ESTEVES; SOUSA, 2011).

É importante ressaltar que no caso da Libéria especificamente ocorre uma particularidade, o que é a grande parte dos grupos formados por mulheres repercutiram entre a comunidade internacional. O papel na vida privada como mulher e mãe, só foi questionado em aspecto macro, após mulheres liberianas decidirem expor sua identidade e realidade para a comunidade internacional. Cenas reveladas no documentário de Reticker (2008 apud PACHECO, 2018) mostram imagens da conferência internacional em Gana, responsável pelas mediações de paz entre as partes envolvidas na Segunda Guerra Civil Liberiana, o documentário flagra às mulheres liberianas utilizando-se de seu próprio corpo, para que os objetivos da paz fossem alcançados (RETICKER, 2008).

### **3.2. As mulheres no confronto durante as Guerras Civis**

Falar sobre violência de gênero não era um tópico nada popular antes da guerra, mas com as consequências geradas pelo pós-conflito, principalmente a violência sexual e com o tempo, o assunto gênero começa a se atrelar à segurança, começou a ser explorada em organizações locais (SWISS et al., 1998).

Desta forma, a partir de uma pesquisa realizada com 205 mulheres de diversas idades, comunidades, religiões, status econômico ou violência sexual, na capital Monróvia, revelou que em cinco anos desde a instauração da guerra civil e, 49% afirmam ter passado por ao menos um ato de violência sexual ou física; 17% declaram terem sido amarradas, detidas sob o uso de arma ou espancadas sob a

guarda; 32% foram revistas ao menos uma vez; e 15% foram estupradas ou sujeitas à tentativa de estupro de um guarda (SWISS et al., 1998). Segundo o autor, a mesma pesquisa aponta que meninas e mulheres foram ameaçadas a cozinhar para os combatentes, estando sujeitas ao estupro e coerção, geralmente estas mulheres tinham uma idade inferior a 25 anos. Torna-se evidente como a violência de gênero esteve presente durante a Primeira Guerra Civil, cujo as mulheres foram foco de violência como arma de guerra, com demonstração de força, poder e tentativas de estupro.

Como resultado da morte de muitos homens, o aumento de mulheres nas atividades econômicas foi uma consequência, elas passam a exercer funções antes não realizadas, como fabricar tijolos, limpar fazendas e construir telhados (FUEST, 2008). Segundo Theobald (2014), cerca de 30% a 40% dos combatentes de guerra eram mulheres e meninas, representando um total de 25 a 30 mil. Portanto, a guerra afeta diretamente a vida das mulheres civis, ao ponto de estimular a ocupação de lugares não tradicionais, negada por conta de convenções e posições sociais pré-determinadas.

Moran e Picher (2004) identificam um fenômeno interessante na sociedade liberiana, apesar da difusão patriarcal ideológica, durante os conflitos civis a Libéria agiu de maneira diferente em relação aos Estados vizinhos também entregues a instabilidade civil e política, eles contavam com a presença de uma parte de mulheres politicamente educadas e profissionais. É necessário entender as diferenciações estruturais entre os diferentes grupos de mulheres presentes na Libéria.

Os cenários socioeconômicos deixados na Libéria no Pós-Primeira Guerra Civil, como a pobreza extrema, serviços de saúde precários e fome, resultaram na insatisfação popular. Uma cultura que os governantes não devessem gostar a insatisfação dos civis com o governo pode influenciá-los a se mobilizarem em prol dos seus direitos como cidadãos. Kieh (2009) afirma a única opção excedente da população:

As diferentes identidades, a distribuição dos recursos e do acesso ao poder, e as definições competitivas do que é certo, justo e equitativo. A partir dessa base, existem diversos derivados. Primeiro, o governo viola os direitos humanos básicos, incluindo as liberdades de expressão, de pensamento, de associação, de reunião e de mídia. Um dos maiores efeitos resultantes é que todas as vias legais para buscar a reparação de queixas e insatisfações são praticamente inexistentes. Assim, o recurso à violência armada torna-se a única opção viável. (KIEH, 2009, p. 9-10, tradução nossa)

Quando abordado sobre as áreas produtivas e os conflitos civis, os lucros do controle e venda dos recursos minerais eram convertidos em investimentos para os militares e/ou paramilitares, contribuindo para a perpetuação da violência, como se pode observar na Libéria. A quebra financeira de um Estado e os avanços da insegurança no território apenas deixavam suas opções para a população liberiana: (a) tornar-se um refugiado em outra área fora da zona de conflito/guerra e (b) unir-se às facções, na busca de conseguir proteção e participação nos recursos e lucros de guerra. Infelizmente os campos para refugiados da região do Mano River Union não comportavam os refugiados com os recursos básicos. Desta forma, muitos optaram por reproduzir o ciclo da violência, em troca do bem-estar de sua família (SILVEIRA, 2008, p. 2-3).

Posteriormente houve um aumento na legitimidade das reivindicações de atuação e de força feminino, a nível local e também nacional. Destacam-se dois movimentos revolucionários criados em 1994, a *Mano River Union Peace Network* (MARWOPNET) e o *Liberian Women's Initiative* (LWI) (KIEH, 2013). O LWI se estruturava a partir do envolvimento de diversas mulheres com diversas etnias, religiões e classes sociais, como mediadoras e negociadoras, com o intuito da construção da paz (POPOVIC, 2009). Após a construção do LWI, a criação de organizações de mulheres liberianas sofreu um aumento, estas começaram a atuar na assistência médica, atendimento de traumas, produção agrícola, com o comércio e ativismo pela paz. A MARWOPNET segue os mesmos caminhos, atuava através da militância em protestos, reuniões governamentais e com organizações regionais de segurança (ANDERLINI, 2004). Pensando em outros países africanos, o ativismo e organização feminina na Libéria são considerados propulsores e resistentes, um alto nível de determinação e militâncias em favor da paz (FUEST, 2008).

Já na Segunda Guerra Civil da Libéria foi marcada por uma intensa violência de gênero e um enorme volume de relatos sobre tortura e estupro que influenciou o alto índice de mortalidade feminina (VINCK et al., 2011). As negociações de paz não atenderam as principais demandas e preocupações das mulheres, pois não reconheciam o potencial do protagonismo feminino na contribuição da construção e reconstrução da paz no pós-guerra (EKIYOR; GBOWEE, 2005). Desta forma é possível verificar que as guerras impactaram as liberianas de maneira destruidora, combinado com a falta de visibilidade de suas necessidades e demandas, resultando

na indignação motivadora para construir uma coalizão de paz.

Como maneira de reagir à marginalização, a Rede Ocidental Africana pela Construção da Paz (*West African Network for Peacebuilding*), consultou diferentes grupos de mulheres, em sua maioria participantes atuantes de qualquer fé e lançou a Rede para a Construção da Paz (*Women in Peacebuilding Network - WIPNET*) em conjunto com Leymah Gbowee<sup>5</sup> e Comfort Freeman<sup>6</sup> (KIEH, 2013). Após insatisfações difundidas por todo o território liberiano consequências do conflito, a WIPNET buscou no contexto identificar as lacunas existentes nas relações de gênero presentes nos processos de paz do país, e de que maneira poderiam influenciar diretamente como protagonistas na construção da paz (GBOWEE, 2009). A WIPNET alcançou um ótimo resultado, após um mês a rede sofreu uma ampliação, mulheres muçulmanas passaram a integrar o grupo, que juntamente com as cristãs, construíram um grupo com mais de 3 (três) mil mulheres para o lançamento da WIPNET Libéria. Tais organizações formadas por mulheres tornaram-se uma força política motora contra a violência e contra o governo durante a Segunda Guerra Civil da Libéria

Em 2003, a organização criou a campanha nacional *Mass Action for Peace*, concentrando uma diversidade de mulheres com diferentes religiões, etnias e classes sociais (BIGIO, 2016). O objetivo principal da campanha era através da mensagem “*We want peace, no more war*”, manifestarem-se a favor da paz e pressionar um cessar-fogo (GBOWEE, 2009). Durante as negociações ocorridas em Gana, sete mulheres representantes de diferentes grupos impulsionaram a participação de mulheres refugiadas na campanha, que resultou em mais de 200 mulheres bloqueando a entrada de delegados da sala de conferências, protestando a favor da paz, demandando que os líderes das facções assinassem o acordo que firmasse o fim do conflito (GBOWEE, 2009). As mulheres só concordaram em se retirar após o cumprimento de algumas condições: o cessar-fogo deveria ser imediato; as mulheres não poderiam ser insultadas durante as manifestações; nenhum líder de facção poderia estar em guerra durante o Governo de Transição, o processo de DDR deveria ser promovido imediatamente, com a participação de

---

<sup>5</sup> Leymah Gbowee é uma ativista africana, presidente da organização de mulheres da Igreja Luterana de São Pedro em Monróvia (KIEH, 2013).

<sup>6</sup> Comfort Freeman é uma ativista africana, chefe da Iniciativa das Mulheres da Libéria para a Paz, um grupo de mulheres antiguerra e do Comitê de Mulheres da Igreja Luterana (KIEH, 2013).



mulheres, inserindo-se como *peacekeepers* (LUPPINO; WEBBE, 2011).

Os protestos espalharam-se por todo o território, com um enfoque maior na capital, através de vigílias e atos em pontos estratégicos como prefeituras, igrejas, Embaixadas e agências da ONU, persistindo as tentativas das forças armadas de parar a onda de protestos (GBOWEE, 2009). As manifestações ocorriam de forma pacífica, as mulheres liberianas reivindicavam suas pautas através de cantos, danças e orações, normalmente envoltas de roupas e lenços branco como símbolo de paz e união (KIEH, 2013).

Outra conquista foi a criação do Fórum das Mulheres Liberianas, um espaço criado pela WIPNET onde todos poderiam conversar e analisar o desenvolvimento e progresso das negociações de paz, transformado em um espaço de acolhimento, empoderamento e ações políticas às mulheres (KIEH, 2013). Neste momento é possível verificar que durante a história da construção do Estado liberiano, a união feminina a favor da paz, inseriu mulheres de divergentes religiões e origens, mas com um objetivo em comum, a paz. Tais ações tornaram-se um momento importante no ativismo feminino liberiano, mulheres *peacebuilders* em um Estado fundado na violência estrutural e cultural.

### **3.3 A participação das mulheres *peacemakers* e *peacekeepers* nos conflitos e pós-conflitos na Libéria**

A população feminina da Libéria se mobilizou ativamente para exigir a assinatura do acordo de paz, participando também como negociadoras formais e observadoras, *peacemakers*. Segundo o estudo *Inclusive Peace & Transition Initiative* (2018), o Acordo de Paz da Libéria assinado em 2003 teve a participação feminina em diversas categorias, sendo elas: status de observador; ação em massa; consultas não-oficiais; comissões inclusivas; representação direta no período transitório de governo. Já em relação a atuação motivadora, o mesmo estudo revela que a participação de mulheres resultou em: um maior envolvimento na construção de coalizões; participação de grupos e redes de mulheres; alta aceitação pública e privada; apoio internacional; critérios mais inclusivos durante as transições de governo e boa relação com o mediador e partes em conflito (KIEH, 2013).

Apesar de serem constantemente apresentadas como vítimas durante os conflitos internos, as mulheres possuem uma atuação como agentes passíveis de

ação e movimentação em caso de extremas situações. O imaginário das mulheres somente como vítimas, anula uma importante parte da análise do conflito ocorrido na Libéria, onde especificamente às mulheres assumem,

Seus papéis nos 14 anos de Guerra foram variados. Elas eram os primeiros alvos de estupro e outras atrocidades sexuais que eram cometidas com impunidade pelas forças governamentais e rebeldes. Elas também consistiam em atores políticos, combatentes e agentes de construção da paz. Como construtoras da paz, as mulheres liberianas engajaram-se em um considerável número de atividades – tratamento de traumas, resolução de conflitos, mediações, campanhas e mobilizações – frequentemente correndo risco significativo para si mesmas. (ALAGA, 2011, p. 78, tradução nossa)

Desta maneira, por conta da numerosa mobilização de mulheres de diversas religiões e etnias na Iniciativa de Paz, as mulheres liberianas realizaram uma negociação de paz com diferentes facções rebeldes e o governo. As campanhas organizadas por coletivos exclusivamente femininos não buscavam apenas a cessão da violência civil, mas procuravam também o encerramento do ciclo de violência estrutural sofrida por todas as mulheres locais. A *Mano River Women's Peace Network* liderada por Ruth Sando Perry e Theresa Leigh-Sherman, foram convidadas para o estatuto de observador formal dentro das negociações, mas sem poder de voto ou fala, e a *Women in Peacebuilding Network*<sup>7</sup>, coordenava a campanha de ação em massa, atuando nas negociações de paz como influenciadoras, obtinham contato direto em consultas informais como mediadoras o que resultava na assinatura do acordo entre o presidente Charles Taylor e líderes das facções (PORTER, 2007 apud GIZELIS, 2011, p. 252). De acordo com O'Reilly et al. (2015), o impacto da influência feminina nestes processos acontece por conta da pressão para o começar e para o encerramento das negociações.

Segundo Anderlini (2004), a MARWOPNET teve um impacto enorme e o grupo foi convocado a participar das negociações formais e tornaram-se signatários da declaração de paz que sucedeu ao *The Comprehensive Peace Agreement*<sup>8</sup> (CPA). No acordo estavam presentes dentre as testemunhas 17% de mulheres, o número é dividido entre observadores formais de partidos políticos e sociedade civil

---

<sup>7</sup> A WIPNET também foi convidada para ter um assento como observadora para as negociações oficiais. Entretanto, o grupo fez a recusa do convite, afirmando que seriam mais efetivas de maneira informal, além de não quererem disputar com a MARWOPNET (The Inclusive Peace & Transition Initiative, 2018)

<sup>8</sup> Assinatura da MARWOPNET no Acordo de Paz disponível em: <https://peacemaker.un.org/liberia-peaceagreementlurdmodel2003>.

(*The Inclusive Peace & Transition Initiative*, 2018). O reflexo da MARWOPNET também atingiu a vontade feminina de estabelecer quotas de gênero para os membros da Assembleia Legislativa e contribuiu para o equilíbrio de gênero nos cargos não eletivos e eletivos, que aumentou o número de mulheres na política liberiana no contexto pós-conflito, período que muitas mulheres temiam pela insegurança causada a elas (OGA, 2010). Posteriormente, a MARWOPNET recebeu em 2003 o Prêmio da ONU para os Direitos Humanos, em 2004 atuando no treinamento de mulheres para resolução de conflitos e em 2011 treinamento pela Rede trabalharam como observadores eleitorais na eleição da Libéria (ANDERLINI, 2004).

Portanto, a WIPNET e a MARWOPNET foram protagonistas como mediadoras informais no processo de paz liberiano, auxiliando a desmobilização (GIZELIS, 2011). Em um geral, as mulheres na Libéria participaram do processo de construção de estruturas mais sólidas para os períodos de transição do governo, como é o caso do Ministério de Gênero, influenciando diretamente os processos de *peacemaking* (*Inclusive Peace & Transition Initiative*, 2018). Posteriormente, os esforços também teriam resultado com a inclusão de questões de gênero no CPA e um mandato explícito de gênero na Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL).

Quanto às mulheres *peacekeepers*, a UNMIL destaca-se dentre as missões, por ser a primeira unidade policial exclusivamente feminina na história, iniciativa de grande impacto para maior inclusão nos processos de resolução de conflito e manutenção da paz, o projeto foi pioneiro e torna-se um modelo a ser seguido no setor de segurança internacional (POPOVIC, 2009). Segundo um estudo patrocinado pelo *Department of Peacekeeping Operation* (DPKO) em 2010, a unidade UNMIL gerou um impacto positivo para as mulheres liberianas, inspirando-as a integrarem as forças de segurança nacional e criando uma relação de confiabilidade com a população civil, principalmente para mulheres e meninas vítimas de violência sexual (KRAUS et al., 2011).

O Secretário Geral da época Ban Ki-moon, fez uma declaração exaltando o desempenho das mulheres indianas *peacekeepers* na Libéria, com ênfase em seus comportamentos profissionais e comprometidos, criando um espaço seguro, principalmente ao combate do abuso sexual e exploração (ONU, 2016). De acordo com a UN Women (2016), o aumento do número de representatividade feminina na

força policial liberiana foi de 6% em 2007 para 17% no ano de 2016, além de reestruturações nas Forças Armadas da Libéria que passaram a integrar um público feminino. As Organizações declaram seus esforços no aumento do índice para 30% em 2030. A ONU afirma que o índice de denúncias contra a violência sexual deve diminuir na mesma proporção ao aumento de mulheres como *peacekeepers* (UN WOMEN, 2016).

Isso ocorre, pois, com a maior presença feminina dentro das forças de segurança como *peacekeeping*, resulta em um novo modelo de conduta a ser seguido pelos soldados para o desenvolvimento da paz, a inserção de mulheres militares também cria uma relação de confiança e experiências compartilhadas com as mulheres civis (DAW/ONU, 1995). De acordo com um estudo da INSTRAW (2010), equipes mistas de *peacekeeping* equivalem à realidade e representam uma melhor sociedade.

#### **3.4. Os resultados principais da participação ativa das mulheres no contexto político-social liberiano.**

De acordo com o relatório da UNMIL (2010), a maior inclusão das mulheres na linguagem do Acordo de Paz (CPA) ocorreu por conta da movimentação das pautas de gênero e a atuação feminina nas linhas políticas. O documento endossa a necessidade da presença de mulheres na Comissão de Reforma de Governança e na Comissão Nacional de Eleições (S/2003/850). Em seu artigo 24 afirma que a Assembleia Legislativa Nacional de Transição deve incluir os membros de interesse da sociedade civil; o artigo 28 discorre sobre que as partes devem levar em consideração as questões de gênero em nomeações eletivas e não eletivas da transição entre governos; o artigo 31 afirma que na implementação de programas para a reestruturação do Estado, deve manter a igualdade entre homens e mulheres na tomada de decisões. No âmbito da segurança sobre as vítimas de guerra e grupos vulneráveis socialmente, o tema é priorizado no acordo e dá uma atenção maior às mulheres, crianças, idosos e deficientes (BELL; O'ROURKE, 2010).

Uma maior inclusão e representatividade gradativa resultaram na inclusão de um Ministério de Gênero no Governo de Transição e a nomeação de Ellen Johson Sirleaf como a chefe da Comissão de Reforma da Governança (*Inclusive Peace & Transition Initiative*, 2018). O acordo de Paz destacou-se pela pluralidade nas

questões de gênero, observado com o início de políticas públicas e iniciativas estatais, que avançaram com a eleição de Ellen Johnson Sirleaf para presidente. Segundo Gbowee (2009), tais alterações de contexto evidenciam a capacidade da Libéria de reconstruir antigas estruturas patriarcais e questionar a marginalização das mulheres liberianas ao longo da história.

Em 2005, Sirleaf é eleita na Libéria, através de eleições livres e auditadas, 50% dos eleitores eram do público feminino e assim torna-se a primeira presidente nomeada de forma democrática na África (OGA, 2010 apud PACHECO, 2018). Durante seu mandato, o Gabinete inseriu uma maior representatividade também no quadro de representantes, com cinco mulheres para cargos estratégicos como ministra, 21 ministras adjuntas e 28 nomeações de caráter executivo e tradicional (*ibid*).

Após o segundo conflito civil liberiano, as questões mulher, paz e segurança tomou maior visibilidade, com a criação de iniciativas que visa um maior número de organizações femininas envolvidas em atividades de subsistência, educação e direito; com campanhas para a inserção de meninas na escola; bolsas escolares para meninas e mulheres; maior representatividade feminina nas questões de saneamento, agricultura sustentável, finanças e comércio (POPOVIC, 2009 apud PACHECO, 2018). Outra política de gênero apoiada pela presidente Sirleaf é a Reforma no Setor de Segurança (RSS), que tem como meta atingir a marca de 20% de mulheres no exército e também na força policial (*ibid*).

A criação da Resolução 1325 trouxe contribuições importantes para a Libéria, que já contava com uma mulher presidente e passou a incorporar as políticas de gênero e inclui-las também no âmbito decisório político. Até o ano de 2006 o estupro era considerado uma ofensa por lei, após reivindicações de grupos femininos liderados pela Associação de Advogados do Sexo Feminino da Libéria (AFEELL) foi criado um projeto de lei que pauta o estupro de diferentes variantes, antes invisibilizadas e passa a punir o agressor a sete anos de prisão (GBOWEE, 2009). As contribuições da presidente Ellen Johnson Sirleaf e da ativista Leymah Gbowee, foram tão importantes nos estudos de gênero, na construção da paz e as mulheres liberianas que ambas receberam em 2011 o Prêmio Nobel da Paz (LUPPINO; WEBBE, 2011).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas perspectivas multidimensionais trazidas pela perspectiva feminista de Relações Internacionais redefinem os conceitos de segurança como parte de um processo, de maneira que as desigualdades estruturais, relações de gênero e hierarquização de poder tornam-se demandas que precisam ser atendidas para contemplar as preocupações do indivíduo, da sociedade e do Estado, contrapondo as teorias tradicionais que enfocavam apenas no território. As correntes feministas de Relações Internacionais tiveram um papel essencial sobre a marginalização das mulheres na segurança internacional, às violências estruturais, culturais e diretas de gênero que acometiam as mulheres em períodos de paz formal e guerra.

Desta forma, os estudos feministas passaram a vincular gênero como um conjunto de análise, percebendo gênero como uma construção social e cultural, existente em todas as dimensões públicas e privadas da sociedade. Compreende-se que as desigualdades de gênero e as relações de poder presentes nas estruturas militares, colaboram para a insegurança feminina, vítimas das estruturas hierárquicas e patriarcais presentes em nível internacional e local.

É através da naturalização dos estigmas de gênero que as desigualdades entre homens e mulheres acontece, enquanto as relações de gênero não sofrerem transformações potentes e profundas, para além da divisão feminino-masculino nos movimentos de representação, identificação e simbolização social. E isso só acontece quando organismos internacionais importantes como a ONU exerce seu dever constitucional de construir e legitimar acessos e direito igualitário para todos os indivíduos, mas para isso é necessário maior esforço para a inserção de questões de desigualdade de gênero e feminismo na agenda global de política internacional.

A conclusão da presente dissertação dialoga com os objetivos anteriormente apresentados. Considera-se que tais objetivos foram atingidos, conforme a ampliação do entendimento e conhecimento da participação ativa das mulheres nos processos de paz; resultado da ampla abordagem teórica entre autores e correntes distintas, expostos de forma qualitativa e quantitativa, por meio de gráficos que puderam ilustrar os índices do ingresso feminino nos processos de resolução de conflitos; e a utilização do caso da Libéria como estudo de caso, com o objetivo de analisar de maneira prática os resultados e implicações que a Resolução 1325

trouxe à sociedade.

A Resolução 1325 relaciona-se nos cenários de guerra e pós-guerra, analisados como os espaços onde existem ameaças reais para as mulheres e meninas. O surgimento da Resolução é uma forma institucionalizada e legal de promover a igualdade de gênero para os processos de paz, permitindo o agenciamento feminino nas diversas etapas teóricas, como *peacekeepers*, *peacemakers* e *peacebuilders*, com diálogo entre as Teorias Feministas de R.I e os Estudos de Paz, mas também na parte prática com o amadurecimento dos processos da resolução de um conflito, das relações de poder e as hierarquias de gênero. Contudo, é possível notar que as mudanças quantitativas após sua implementação não são expressivas, com a reprodução de um modelo neoliberal que não aprofunda qual a real causa da violência.

A 1325 faz parte de um sistema de governação internacional, próprio do sistema ONU e mandatos de organizações conservadoras que utilizam as premissas da paz liberal, frente a criação de práticas verticais e programas sociais. A elaboração da Resolução também possui caráter simbólico, já que vincula as questões de gênero e a participação das mulheres na construção e reconstrução da paz, mas que de fato pode e deve ser transformada, estando suscetível a reformas discursivas e ideológicas. Apesar da RCSNU 1325 representar um avanço nas questões de gênero e segurança internacional, a contribuição do documento é limitada, minada pelas definições e conceitos que a estruturam, não modificando a maneira como gênero, segurança e violência são vistos como vítimas. De acordo com as reflexões abordadas na subseção 1.2, entende-se que o termo “gênero” torna-se sinônimo de “mulher”, o que contribui para a invisibilização dos homens como principais autores de violência, a partir do sistema de hierarquia de poder o documento desenvolve uma binaridade entre masculino e feminino.

As premissas criadas através do essencialismo de gênero caracterizam as mulheres como indivíduos vulneráveis que necessitam de proteção e resgate, ponto justamente criticado pelas teorias feministas pós-positivistas, pois este discurso gera a naturalização dos estereótipos de gênero e legitima os papéis de gênero tradicionalmente empregados por homens e mulheres em situações de conflito. Por fim, a Resolução também não contempla o papel da mulher na prevenção da guerra, uma vez que não menciona diretamente a participação feminina no encerramento

dos conflitos.

O estudo de caso liberiano exposto através do terceiro capítulo aponta a potencialidade das mulheres civis como agentes diretas da construção da paz. A revolta pelos contextos violentos enfrentados tornou-se um estímulo para a união das mulheres liberianas de diferentes etnias, religiões e culturas. Inseguras nas ruas, em seus lares e na guerra, meninas e mulheres devem ser acompanhadas e ouvidas atentamente. Os movimentos informais formados por mulheres liberianas obtinham ações diretas e efetivas que influenciaram o fim do conflito civil que ocorria há 14 anos na Libéria, após a assinatura do acordo entre facções. Tais mulheres colocaram em práticas diretrizes estabelecidas pela 1325 e através do ativismo pacífico procuraram acabar com a guerra e combater a violência.

Sendo assim, é possível concluir que os movimentos femininos locais ocorreram de maneira espontânea e fundamentam ações diretas e intrínsecas na estrutura da Libéria. Portanto, a participação de mulheres como forças locais trouxe um resultado significativo para os estudos sobre a Resolução 1325 e sobre o Plano Nacional de Ação liberiano.



## REFERÊNCIAS

- AKPAN, Monday B. (Ed.). **Libéria e Etiópia, 1880 -1914: a sobrevivência de dois Estados africanos** In: ALBERT ADU BOAHEN. (Ed.). *História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: 2010. Cap. 11. p. 281- 318. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000065573\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000065573_por). Acesso em: 10 jan. 2022.
- ALAGA, Ecoma. **Security Sector Reform and the Women's Peace Activism**. In: OLONISAKIN et al. *Women and Security Governance in Africa*. Cape Town: Pambazuka Press, Janeiro 2011
- ANDERLINI, Naraghi Sanam. **Peace negotiations and agreements in International Alert, Women Waging Peace** (eds.) *Inclusive Security, Sustainable Peace: A Toolkit for Advocacy and Action*. London, 2004, 16-32.
- BARASH, P. David; WEBEL, Charles P. **Peace and Conflict Studies**. 2. Ed. London: Sage Publications, 2009.
- BEILSTEIN, Janet. **Women 2000: The role of women in United Nations peacekeeping**. New York: Division for Advancement of Women (DAW), 1995. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/public/w2000/Women2000/Women2000%20Role%20of%20women%20in%20peace-keeping%201995.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2022.
- BELL, Christine. **Text and Context**. Evaluating Peace Agreements for their “Gender Perspective”. Edinburgh: Global Justice Academy, UN Women, 2015.
- BELL, Christine.; O’ROURKE, Catherine. **Peace agreements or ‘Pieces of Paper?’** The impact of UNSC Resolution 1325 on peace processes and their agreements. *International and Comparative Law Quarterly*, 59(4), 2010, p. 941–980.
- BENHABIB, Seyla. **O Outro Generalizado e o Outro Concreto: A Controvérsia Kohlberg Gilligan e a Teoria Feminista**. In BENHABIB, Sheyla & CORNELL, Drucilla. (Eds.). *Feminismo como crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.
- BIGIO, Vogelstein. **How Women's Participation in Conflict Prevention and Resolution Advances US Interests**. Council on Foreign Relations, 2016.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.
- BLACK, Renee. **Mainstreaming Resolution 1325?** Evaluating the Impact on Security Council Resolution 1325 on Country-Specific UN Resolutions. *Journal of Military and Strategic Studies*, 2009. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Mainstreaming-Resolution-1325-Evaluating-the-Impact-Black/9874f519aaa0b03b25a73f588c3177712f4f563d>. Acesso em: 05 de

jan. 2022.

BLANCHARD, Eric M. **Gender, international relations, and the development of feminist security theory.** Signs: Journal of Women in Culture and Society, v. 28, n. 4, p. 1289-1312, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **La Dominación Masculina.** Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.

BOYCE, L. A., & HERD, A. M. (2003). The relationship between gender role stereotypes and requisite military leadership characteristics. *Sex Roles: A Journal of Research*, 49(7-8), 365–378. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/A:1025164221364>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

BROCK-UTNE, Birgit. A gender perspective on peace education and the work for peace. *International Review of Education*. 55(2-3), 2009, p. 205-220.

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will: Men, Women, and Rape.** New York: Simon & Schuster, 1975.

BUZAN, B.; HANSEN, L. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional.** São Paulo: UNESP, 2012.

CARR, E. H. (1981) **Vinte anos de crise: 1919-1939.** Brasília: UNB

CARREIRAS, Helena. Gendered culture in peacekeeping operations. *International peacekeeping*, 2010, p. 471-485.

CARVER, Terrell. **Gender is not a Synonym for Women.** London: Lynne Rienner, 1996.

CHENOY, Anuradha Mitra & VANAIK, Achin. **Chapter 7: Promoting Peace, Security and Conflict Resolution: Gender Balance in Decisionmaking.** 2001. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4135/9781446220290.n8>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

COCKBURN, Cynthia. Gender. **Relations as Causal in Militarization and War, International Feminist Journal of Politics.** 12:2, 2010, 139-157. Disponível em: [http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015\\_7/Gender\\_relations\\_as\\_Causal\\_Cockburn.pdf](http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_7/Gender_relations_as_Causal_Cockburn.pdf). Acesso em: 15 de jan. 2022.

COHN, C., Kinsella, H., & Gibbings, S. (2004). 'Women, peace and security: Resolution 1325'. *International Feminist Journal of Politics*, 6(1), 130–140. CrossRef Google Scholar

COOMARASWAMY, Radhika. **Preventing conflict, transforming justice, securing the peace: A global study on the implementation of United Nations security council resolution 1325.** UN Women, 2015. Disponível em: [https://wps.unwomen.org/pdf/en/GlobalStudy\\_EN\\_Web.pdf](https://wps.unwomen.org/pdf/en/GlobalStudy_EN_Web.pdf). Acesso em: 20 de jan. 2022.

CONFORTINI, Catia. **Galtung, violence, and gender: The case for a Peace Studies/Feminism Alliance.** *Peace & Change* 31(3), 2006, p. 333-367.

COSTA, Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Revista Confins** n. 7. 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index6107.html>. Acesso em 10 de jan. 2022.

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000). **Resolution 1325 (2000)**. Adopted by the Security Council at Its 4213th Meeting, on 31 October 2000, UN. Doc. S/RES/1325 (2000). Consultado a 15.03.2018, em [http://undocs.org/en/S/RES/1325\(2000\)](http://undocs.org/en/S/RES/1325(2000)).

DENNIS, Peter. **A Brief History of Liberia.** The International Center for Transitional Justice, 2006, p. 01

CUNHA, Gabriela.; FUENTES, Fernanda. **MULHERES, TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO: GÊNERO COMO DETERMINANTE NOS PADRÕES GLOBAIS DE DESIGUALDADE.** *Revista Ártemis*, [S. I.], n. 4, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2103>. Acesso em: 30 de mar. 2022.

DRUMOUND, P; REBELO, T. Implementando a agenda sobre “Mulheres, Paz e Segurança” no Brasil: uma revisão do Plano Nacional de Ação. **Instituto Igarapé;** 2018.

EGNELL, Robert. 2016. **Gender Perspectives and Military Effectiveness: Implementing UNSCR 1325 and the National Action Plan on Women, Peace, and Security.** *Prism: A Journal of the Center for Complex Operations* 6 (1): 73-89.

EKIYOR, Thelma; GBOWEE, Leymah. **Women’s Peace Activism, the Liberian Women’s Experience.** in Paul Van Tongeren, Juliette Verhoeven, Malin Brenk and Marte Hellema (eds.) *People Building Peace II.* London: Lynne Rienner. 2005.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches, Bases: Making Feminist Sense of International Politics.** Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press. 1989.

ESTEVEES, Paulo; SOUZA, Letícia. A Libéria e a construção do nexo entre segurança e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Política Internacional.** 54(2), 2011, 24-45.

FREIRE, Maria. R.; LOPES, Paula. D. **Reconceptualizar a paz e a violência: uma análise crítica.** *Revista Crítica de Ciências Sociais.* (82), 2008, 13-26. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/614>. Acesso em: 04 de jan. 2022.

FRITZ, Jan Marie. **Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais.** *Sociologias* [online]. ISSN 1517-4522. Nº 23. São Paulo, 2010, p. 340-353. Disponível em: <http://www.sociologias.usp.br>. Acesso em: 03 de jan. 2022.

FRITZ, Jan Marie; GUMRU, Fatma Belgin. **Women, peace and security:** An analysis of the national action plans developed in response to UN Security Council resolution 1325, 2009. *Societies Without Borders: Human Rights and the Social Sciences* 4/2 (Julho).

FUEST, Veronika. **This is the Time to get in Front:** Changing Roles and Opportunities for Women in Liberia” *African Affairs*. 107(427), 2008. p. 201-224.

GALTUNG, Johan. **An Editorial.** *Journal of Peace Research*. 1(1), 1-4. 1964.

\_\_\_\_\_. **Theories of peace:** A synthetic approach to peace thinking. Oslo: International Peace Research Institute, 1967.

\_\_\_\_\_. **Violence, peace, and peace research.** *Journal of peace research*. 6(3). 1969, p. 167- 191. 1969

\_\_\_\_\_. **Cultural violence.** *Journal of peace research*. 27(3), 1990, p. 291-305.

\_\_\_\_\_. Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 71, Junho 2005: 63-75.

GBOWEE, Leymah. **Effecting change through women's activism in Liberia.** *Ids Bulletin*. 40(2), 2009, 50-53.

GIZELIS, Theodora. I. **A country of their own:** Women and peacebuilding. *Conflict Management and Peace Science*. 28(5), 2011, 522-542.

HILL, E. J., MARTINSON, V., HAWKINS, A., & FERRIS, M. **Studying ‘working fathers’:** Comparing Fathers' and mothers' work family conflict, fit, and adaptive strategies in a global high-tech company. *Fathering*, 1, 2003.

Inclusive Peace and Transition Initiative. **Women in Peace & Transition Processes.** Liberia (2003–2011) Case Study. The Graduate Institute of International and Development Studies. Geneva, 2018. Disponível em: <https://www.inclusivepeace.org/sites/default/files/IPTI-Case-Study-Women-Liberia-2003-2011.pdf>. Acesso em: 06 de jan. 2022.

INSTRAW (2010) **Women with a Blue Helmet:** The Integration of Women and Gender Issues in UN Peacekeeping Missions. Disponível em: [http://www.peacewomen.org/assets/file/Resources/UN/unbalpk\\_integrationwomenge.nderunpeacekeeping\\_instraw\\_aug\\_2010.pdf](http://www.peacewomen.org/assets/file/Resources/UN/unbalpk_integrationwomenge.nderunpeacekeeping_instraw_aug_2010.pdf). Acesso em: 06 de jan. 2022.

IROANYA, Richard. The Scourge of Civil Wars in Africa: Case Study – Liberia in Mlambo, Norman (ed.) **Violent Conflict, Fragile Peace:** Perspectives on Africa's Security Problems. Adonis & Abbey Publishers, 2008, 63-88.

IZZO, Angelo. **Non-psychoactive plant cannabinoids:** new therapeutic opportunities from an ancient herb. 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19729208/>. Acesso em: 05 de jan. 2022.

JENKINS, Rob. **Peacebuilding: From Concept to Commission**. London: Routledge, 2013.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. *Survival*, vol 15, n. 4, 1977b, pp. 158-185.

KIEH, George Klay. The Roots of the Second Liberian Civil War. **International Journal on World Peace**. (26), 2009, 7 – 30.

KIEH, G. (2013). **Religion and Conflict Case Study Series**. Ending Liberia`s Second Civil War: Religious Women as Peacemakers”. Berkley Center for Religion, Peace and World Affairs. Washington, D.C. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/berkley-center/130801BCEndingLiberiasSecondCivilWarReligiousWomenPeacemakers.pdf>. Acesso em: 18 de dez. 2021.

KRAUS, D. Enholm, R.A.; BOWEN, A.J. (2011). **US Engagement in International Peacekeeping. From Aspiration to Implementation**. Citizens for Global Solutions Education Fund. Washington D.C.

LAPID, Yosef. **The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era**. *International Studies Quarterly*, vol. 33, nº 3, 1989, p. 236-254.

Liberia Institute of Statistics and Geo-Information Services (LISGIS), United Nations Population Fund (UNFPA). **Liberia Population and Housing Census**, 2008.

LUPPINO, Elana; WEBBE, Victoria. **Security council resolution 1325: Civil society monitoring report 2011 – Liberia**. Global Network of Women Peacebuilders, 2011. Disponível em: [http://www.peacewomen.org/sites/default/files/GNWP\\_Monitoring\\_Liberia.pdf](http://www.peacewomen.org/sites/default/files/GNWP_Monitoring_Liberia.pdf). Acesso em: 18 de dez. 2021

MASON, S. J. (2009) “**Insider Mediators. Exploring Their Key Role in Informal Peace Processes**”. The Berghof Foundation for Peace Support (BPS). Berlin, 2009. Disponível em: [https://www.berghof-foundation.org/fileadmin/redaktion/Publications/Other\\_Resources/MEDInsider\\_Media\\_tors.pdf](https://www.berghof-foundation.org/fileadmin/redaktion/Publications/Other_Resources/MEDInsider_Media_tors.pdf). Acesso em: 24 de dez. 2021.

MAZURANA, Dyan; MCKAY, Susan. **Child Soldiers: What About the Girls?** *Bulletin of the Atomic Scientists*, 57. 2001.

MILLER, B., POURNIK, M., & SWAINE, A. (2014). **Women in peace and security through United Nations Security resolution 1325: Literature review, content analysis of national action plans, and implementation**. Global Gender Program Working Paper. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~ggi/research/publications.cfm>. Acesso em: 24 de dez. 2021.

MORAN, Mary H.; PITCHER, M. Anne. The ‘Basket Case’ and the ‘Poster Child’: Explaining the End of Civil Conflicts in Liberia and Mozambique. *Third World*

Quarterly,  
Vol. 25, No. 3 (2004), pp. 501-519.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. **Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais**. Carta Internacional. 12(1), 2017, p. 148-172. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/611/343>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

Organização das Nações Unidas [ONU]. Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 "Mulheres, Paz e Segurança". In **ONU e as Mulheres**, 2000. Disponível em: <https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf?OpenElement>. Acesso em: 21 de dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021

\_\_\_\_\_. ONU. (2008). **A/63/734**. Budget for the United Nations Mission in Liberia (1 July 2008 to 30 June 2009). Disponível em: <http://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/260/84/pdf/N0726084.pdf?OpenElement>. Acesso em: 03 de jan. 2022.

\_\_\_\_\_. ONU. (2008). **A/63/746/Add.8**: Financial performance report (1 July 2006 to 30 June 2007) and proposed budget (1 July 2008 to 30 June 2009) of the United Nations Mission in Liberia. Disponível em: <http://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/343/49/pdf/N0834349.pdf?OpenElement>. Acesso em: 03 de jan. 2022.

\_\_\_\_\_. ONU. Conselho de Segurança. **An Agenda for Peace**. Disponível em: <http://www.un.org/docs/SG/agpeace.html>. Acesso em: 03 de jan. 2022.

O'REILLY, Marie, & Ó Súilleabháin, A. **Women in Conflict Mediation: Why it Matters**. International Peace Institute, 2013. Disponível em: [https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/ipi\\_e\\_pub\\_women\\_in\\_conflict\\_med.pdf](https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/ipi_e_pub_women_in_conflict_med.pdf). Acesso em: 01 de jan. 2022.

O'REILLY, Marie.; Ó Súilleabháin, A.; Paffenholz, T. Women's participation and a better understanding of the political in Coomaraswamy, R. (ed.) **Preventing Conflict Transforming Justice Securing the Peace: A global study on the implementation of United Nations Security Council Resolution 1325**. UN Women, 2015.

PAIVA, Isadora Campregher. **A Escola Feminista nas Relações Internacionais: Bases Teórico-Metodológicas**. Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/biblioteca/dissertações>. Acesso em: 10 de jan. 2022.

PACHECO, Maria Luiza Pereira. **A Participação das mulheres nos processos de paz: Uma perspectiva de gênero à luz da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e**

Segurança. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 114, 2018.

PARPART, Jane L.; ZALEWSKI, Marysia. **Rethinking the Man Question: sex, gender and violence in international relations.** Londres e Nova Iorque: Zed Books, 2008. 234 p.

PETTMAN, Jan. J. **Worlding women.** A Feminist International Politics. Canadian Woman Studies, 1996.

POPOVIC, Nicola. **Women, peace and security in Liberia: Supporting the implementation of Resolution 1325 in Liberia**” Background Paper, UN-INSTRAW, 2009. Disponível em: [http://www.peacewomen.org/assets/file/instraw\\_liberia\\_implementation.pdf](http://www.peacewomen.org/assets/file/instraw_liberia_implementation.pdf). Acesso em: 09 de jan. 2022

POSSAS, Lídia Maria Vianna & REIS, Sarah de Freitas. Reflexões feministas acerca das relações internacionais. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org). **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas.** São Paulo: UNESP, 2009.

RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom; MIAL, Hugh. **Contemporary conflict resolution.** Cambridge: Polity Press, 2005.

REBELO, Tamyá Rocha. **Lentes de gênero para as missões de paz :** desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/364729.pdf>. Acesso em: 05 de jan. 2022.

\_\_\_\_\_. O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. **Estudos Feministas** 21(3), 2013, p. 817-837. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300004/26499>. Acesso em: 09 de jan. 2022.

REHN, Elizabeth; SIRLEAF, Ellen (2002), **Women, War and Peace: The Independent Experts' Assessment on the Impact of Armed Conflict on Women and Women's Role in Peacebuilding.** New York: UNIFEM. Disponível em: [http://www.unifem.org/materials/item\\_detaild89f.html](http://www.unifem.org/materials/item_detaild89f.html). Acesso em: 08 de jan. 2022.

RETICKER, Gini. Pray the Devil Back to Hell. **Documentário. Produção:** Abigail E; Direção: Gini Reticker. Disney: MovieMobz, 2008. 72 min

SÁ, Willian Lamec de Andrade. **Perspectivas feministas sobre um conflito: o papel das mulheres na segunda guerra civil da Libéria (1999-2003).** Monografia (Bacharel em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 87, 2016.

SASSON-LEVY, Orna. **The military in a globalized environment: Perpetuating an “extremely gendered” organization.** In Handbook of gender, work and organization, edited by Jeanes, E., Knights, D., Martin, P. Yancey. London: Blackwell/Wiley, 2011.

SEGAL, Mady. **Women's military roles cross-nationally: Past, present, and future.** *Gender & Society*, 9(6), 1995, 757-775.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis.** *The American Historical Review*. (9)5, 1986, p. 1053-1075.

SHEPHERD, Laura. **The Women, Peace, and Security Agenda at the United Nations.** In A. Burke & R. Parker (eds.), *Global Insecurity* (pp. 139-158). London: Macmillan, 2017. Disponível em: <https://www.sydney.edu.au/law/about/people/publications/laura.shepherd.pdf>. Acesso em 22 de jan. 2022.

SHEPHERD, L. J. **Gender, violence and security: discourse as practice.** London: Zed Books, 2008

SILVEIRA, Catarina Faria Alves. **Recursos Naturais de Conflito: O Caso da "Madeira de Conflito" na República da Libéria.** Brasília: IV Encontro Nacional da Anppas, 2008.

SJOBORG, Laura. **Gendering Global Conflict: Toward a Feminist Theory of War.** New York: Columbia University Press. 2013.

SKJELSBÆK, Inger; SMITH, Dan. **Gender, Peace and Conflict.** Londres: Sage Publications, 2001. p. 239.

\_\_\_\_\_. **Gender and the Politics of History.** Columbia University Press, 1999.

SWISS, Shana *et al.* **Violence against women during the Liberian civil conflict.** *Jama* 279(8), 1998, 625-629.

The Kvinna till Kvinna Foundation. **Women are important in peace processes.** 2012. Disponível em: <http://thekvinnatillkvinnafoundation.org/en/files/qbank/81ca0262c82e712e50c580c032d99b60.pdf>. Acesso em: 01 de jan. 2022.

THEOBALD, Anne. **Role of Women in Making and Building Peace in Liberia: Gender Sensitivity versus Masculinity.** Germany, 2014.

TICKNER, Judith A. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving International Security.** New York: Columbia University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. **"You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists"** *The International Studies Association. International Studies Quarterly* (41)4, 1997, p. 611-632.

\_\_\_\_\_. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era.** New York: Columbia University Press, 2001.

TRONTO, Joan. C.; FISHER, Berenice. **Toward a Feminist Theory of Caring.** In



ABEL, E. & NELSON, M. (ed.). *Circles of Care*. Albany, NY: SUNY Press, 1990  
 TRONTO, Joan C. (1997). **Mulheres e Cuidados**: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In BORDO, Susan R. & JAGGAR, Alison M. (eds.). *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos.

UN Peacekeeping. **Gender statistics**. <https://peacekeeping.un.org/en/gender>

UN Women. **Women 's Participation in Peace Negotiations**: Connections between Presence and Influence. New York. 2016. Disponível em:  
<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/03AWomenPeaceNeg.pdf>.  
 Acesso em: 21 de Dez. 2021.

UN, General Assembly (1993). **Declaration on the Elimination of Violence against Women**. RES/48/104, 1993. Disponível em:  
<http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r104.htm>. Acesso em 14 de dez. 2021

UN, General Assembly (1993) **Resolution 47/226**. 2016. Disponível em:  
<http://undocs.org/A/47/226>. Acesso em 15 de dez. 2021.

UN, News (2016). **Hailed as “role models”, all female Indian police unit departs UN missions in Liberia**. 2016. Disponível em:  
<https://news.un.org/en/story/2016/02/522102-feature-hailed-role-models-all-female-indian-police-unit-departs-un-mission>. Acesso em: 18 de dez. 2021;

UN, Security Council. **Resolution 866**. 1993. Disponível em  
<http://undocs.org/en/S/RES/866>. Acesso em 01 de jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolution 1509**. 2003. Disponível em: <https://undocs.org/en/S/RES/1509>.  
 Acesso em 01 de jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolution 1820**. 2008. Disponível em: <https://undocs.org/S/RES/1820>.  
 Acesso em 01 de jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolution 1888**. 2009. Disponível em: <http://undocs.org/en/S/RES/1888>.  
 Acesso em 01 de jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolution 1889**. 2009. Disponível em: <https://undocs.org/S/RES/1889>.  
 Acesso em 01 de jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolution 1960**. 2010. Disponível em: <https://undocs.org/S/RES/1960>.  
 Acesso em 01 de jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolution 2106**. 2013. Disponível em: <http://undocs.org/en/S/RES/2106>.  
 Acesso em 01 de jan. 2022.

UN, Security Council. **Resolution 1325 on Women, Peace and Security**. 2000.  
 Disponível em: <https://undocs.org/S/RES/1325>. Acesso em 04 de jan. 2022.

UN, Women. **Women police climb the ranks across Africa**. 2016. Disponível em:

<http://www.unwomen.org/en/news/stories/2016/4/women-police-climb-the-ranks-across-africa>. Acesso em: 04 de jan. 2022.

UNDP. **Human Development Report 2016**. New York, 2016. Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016\\_human\\_development\\_report.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf). Acesso em 06 de jan. 2022.

UNMIL; Office of the Gender Adviser (OGA). **Gender Mainstreaming In Peacekeeping Operations Liberia 2003 – 2009**. Best Practices Report. Accra, 2010. Disponível em: [http://www.peacewomen.org/sites/default/files/wps-pk\\_gendermainstreamingpkoliberiabestpracticesreport\\_unmil\\_sept2010\\_0.pdf](http://www.peacewomen.org/sites/default/files/wps-pk_gendermainstreamingpkoliberiabestpracticesreport_unmil_sept2010_0.pdf). Acesso em: 07 de jan. 2022.

VINCKY, Patrick; PHAM, Phuong; KREUTZER, Tino. **Talking Peace**: A population-based survey on attitudes about security, dispute resolution, and post-conflict reconstruction in Liberia. Human Rights Center. California, 2011. Disponível em: [https://www.law.berkeley.edu/files/HRC/Publications\\_Talking-Peace\\_06-2011.pdf](https://www.law.berkeley.edu/files/HRC/Publications_Talking-Peace_06-2011.pdf). Acesso em 12 de dez. 2021.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional**: O sistema interafricano e sua Inserção Mundial. Capítulo 5 - Marginalização, conflitos e realinhamentos estratégicos (1989-2002). Coleção Relações Internacionais. 2012.

WALTZ, Kenneth N. **O Homem, o Estado e a Guerra**: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 331p.

WELLMAN, Barry; FRANK, Kenneth. **Network capital in a multilevel world**: Getting support from personal communities. *Social capital: Theory and research*, 2001. 233-273.

WHITWORTH, Sandra. **Men, militarism, and UN peacekeeping**: a gendered analysis. Lynne Rienner Publishers, 2004.

WOOLLACOTT, Angela. Gender and war, gender and peace new perspectives. **Australian Feminist Studies**. London: Routledge. 21(51), 2006, P. 389-391.